

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Felipe Honorato Garagorry

EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS
ENTRE BRASIL E CHINA: ascensão e consolidação
de um novo parceiro principal

Taubaté – SP
2021

Felipe Honorato Garagorry

**EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS
ENTRE BRASIL E CHINA: ascensão e consolidação
de um novo parceiro principal**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharel em Comércio Exterior.

Orientador (a): Prof. Me. Júlio Cesar Gonçalves

**Taubaté – SP
2021**

FELIPE HONORATO GARAGORRY

**EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA: ascensão
e consolidação de um novo parceiro principal**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharel em Comércio Exterior.

Orientador (a): Prof. Me. Júlio Cesar Gonçalves

Data: _____

Resultado: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi
Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Universidade de Taubaté – UNITAU

G212e	<p>Garagorry, Felipe Honorato Evolução das relações comerciais entre Brasil e China: ascensão e consolidação de um novo parceiro principal / Felipe Honorato Garagorry. – 2021. 75 f. : il.</p> <p>Monografia (Graduação) – Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios, 2021. Orientador: Prof. Me. Júlio Cesar Gonçalves, Departamento de Gestão e Negócios.</p> <p>1. Comércio bilateral. 2. Brasil. 3. China. I. Universidade de Taubaté. Departamento de Gestão e Negócios. Curso de Comércio Exterior. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD- 327.81</p>
-------	--

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças para sempre continuar em frente, mesmo com todas as adversidades.

Aos meus pais e meus tios, que me incentivaram a estudar, sempre me dando todo apoio e suporte necessário.

À minha esposa, que está comigo lado a lado estudando junto e buscando melhorar a cada dia.

Ao meu orientador Professor Júlio Cesar Gonçalves, por ter me dado esta oportunidade de concluir este TG e por me ajudar com ideias, direções para o trabalho e indicações de bibliografias.

E a todos que direta ou indiretamente ajudaram na minha formação, meu muito obrigado!

GARAGORRY, Felipe Honorato. EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA: ascensão e consolidação de um novo parceiro principal. 2021. 66 f. **Trabalho de Graduação, modalidade Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do Certificado do Título em Bacharel em Comércio Exterior do Departamento de Gestão de Negócios da Universidade de Taubaté, Taubaté.**

O propósito básico deste estudo é contribuir para a compreensão da evolução das relações comerciais entre Brasil e China, buscando verificar a importância deste país asiático para o comércio exterior brasileiro. É fato notório que a China é o principal parceiro comercial do Brasil atualmente, tendo superado os Estados Unidos da América que ocupou esta posição durante quase um século. Desta forma, compreender como se deu a evolução deste processo, reveste-se de extrema relevância, tanto economicamente quanto socialmente. Para estudar esta mudança para a economia brasileira, a metodologia empregada no trabalho consiste de revisão bibliográfica e análise gráfica de dados. Durante a revisão da literatura estudou-se as aproximações entre estes países, o processo de abertura comercial no Brasil e a adoção de um novo modelo econômico, social e político na China, que permitiu o fim do seu isolacionismo e o início de um processo que resultou num vertiginoso crescimento econômico. O estudo permitiu, além identificar em que momento a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, a composição da pauta das exportações e das importações relativas ao nosso comércio com a China, bem como a evolução do saldo da balança comercial entre os dois países.

Palavras-chave: Comércio bilateral; Brasil; China.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – EXPORTAÇÕES ANUAIS DO BRASIL PARA EUA E CHINA –
(FOB em US\$ milhões)36
- Tabela 2** – COMPARAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS
PARA A CHINA EM 2008 E 2018.....42
- Tabela 3** – COMPARAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS
DA CHINA EM 2008 E 2018.....43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – ALÍCOTAS NOMINAIS MÉDIAS DE IMPORTAÇÃO (em %)	22
Figura 2 – IMPORTAÇÕES MENSAS (FOB - em US\$ milhões)	24
Figura 3 – EXPORTAÇÕES ANUAIS (FOB - em US\$ milhões)	25
Figura 4 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (em US\$ milhões).....	25
Figura 5 - POSIÇÃO DO BRASIL E DA CHINA NA RESPECTIVA BALANÇA COMERCIAL.....	35
Figura 6 - EXPORTAÇÕES ANUAIS FOB PARA EUA E CHINA (em US\$ milhões).....	37
Figura 7 - EXPORTAÇÕES MENSAS FOB PARA EUA E CHINA (em US\$ milhões)..	38
Figura 8 - TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (1978-2015) (%)	40
Figura 9 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO DE 1985 A 2015 (%)	44
Figura 10 - EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS BÁSICOS NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS TOTAIS E PARA A CHINA (%)	44
Figura 11 - SALDO DA BALANÇA COMERCIAL COM A CHINA.....	44

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
LISTA DE TABELAS.....	07
LISTA DE FIGURAS.....	08
SUMÁRIO.....	09
1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Tema do trabalho.....	10
1.2 Objetivo do trabalho.....	10
1.2.1 Objetivo geral.....	10
1.2.2 Objetivos específicos.....	10
1.3 Problema.....	10
1.4 Relevância do estudo.....	10
1.5 Delimitação do estudo.....	11
1.6 Metodologia.....	11
1.7 Organização do trabalho.....	11
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	12
2.1 Aproximações entre Brasil e China.....	12
2.2 Abertura comercial no brasil e seus reflexos no comércio.....	19
2.3 A China se abre para o mundo.....	26
2.3.1 A construção de uma China socialista.....	26
2.3.2 A China pós 1978.....	31
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	35
3.1 A China torna-se o principal parceiro comercial do Brasil.....	35
3.2 Composição do Comércio entre Brasil e China.....	41
3.3 Evolução do saldo da balança comercial entre Brasil e China.....	45
4 RESULTADOS.....	47
5 CONCLUSÕES.....	51
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
ANEXO 1 EXPORTAÇÕES MENSAS PARA CHINA E EUA (em US\$)	59

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA DO TRABALHO

O tema deste trabalho consiste nas relações bilaterais Brasil-China.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral: estudar a evolução das relações comerciais entre Brasil e China, buscando qualificar o tipo de relação e verificar a importância desse país asiático para o comércio exterior brasileiro.

1.2.2 Objetivos específicos:

- Identificar em que momento a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil;
- Identificar a evolução da composição da pauta de exportações para a China;
- Identificar a evolução da composição da pauta de importações oriundas da China;
- Verificar a evolução do saldo da balança comercial entre Brasil e China.

1.3 PROBLEMA

É fato notório que a China atualmente é o principal parceiro comercial do Brasil. Sabemos que durante toda a segunda metade do século XX e início do presente século esta posição era ocupada pelos Estados Unidos da América. Cabe questionar em que momento se deu essa mudança de parceiro, as principais razões para a ocorrência desta mudança e os motivos para a mudança tenha se dado naquele momento. Ademais, o surgimento de um novo parceiro comercial principal implica em novos elementos na relação. Cabe, portanto, qualificar o tipo de relação que mantemos com a China.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Trata-se, portanto, de uma mudança extremamente importante para a economia brasileira de um modo geral, pois afeta todo o setor empresarial que opera no comércio internacional; os produtores voltados para o mercado externo, assim como, aqueles que produzem para o mercado interno, enfrentando a concorrência dos produtos chineses. Desta forma, compreender como se deu a evolução deste processo reveste-se de extrema relevância

tanto econômica quanto social. Basta ver o noticiário para constatarmos a importância que as relações comerciais com a China despertam no Brasil.

1.5 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Este trabalho abrange as relações comerciais entre Brasil e China correspondentes ao período entre 1990 e 2020. Cabe destacar que não é nosso objetivo tratar das relações políticas ou geopolíticas e tampouco dos aspectos sociais internos de cada um dos países envolvidos.

1.6 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste trabalho consiste de revisão bibliográfica e análise gráfica de dados.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho está organizado da seguinte forma:

No capítulo 1, apresentamos a introdução, compreendendo a apresentação dos objetivos, a justificativa e delimitação do tema, assim como a explicitação do método empregado.

No segundo capítulo apresentamos a revisão da literatura referente ao processo de aproximação entre o Brasil e a China, a abertura comercial do Brasil e abertura da China para o mundo.

No terceiro capítulo realizamos o aprofundamento da pesquisa, a identificação do momento em que a China se torna o principal parceiro comercial do Brasil; a composição das exportações do Brasil para a China e das importações brasileiras oriundas da China. A última sessão deste capítulo trata da evolução do saldo da balança comercial entre Brasil e China.

No quarto capítulo apresentamos a análise dos resultados. Por último, apresentamos as conclusões gerais extraídas ao longo deste trabalho.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 APROXIMAÇÃO ENTRE BRASIL E CHINA

Desde 2018, oficializou-se o dia 15 de agosto como O Dia Nacional da Imigração Chinesa no Brasil. Tal data faz referência à entrada oficial dos primeiros imigrantes chineses no estado de São Paulo que, segundo registros oficiais, ocorreu em 15 de agosto de 1900 (BRASIL, 2021.a).

A citação abaixo esclarece a razão desta data oficial:

A história dos imigrantes chineses no Brasil é antiga. Em 15 de agosto de 1900, atracava no porto de Santos, litoral paulista, o navio a vapor Malange, vindo de Portugal e trazendo trabalhadores chineses para lavouras de café no interior do estado. O registro de 119 homens chineses, com idades entre 20 e 40 anos, consta nos arquivos da antiga Hospedaria dos Imigrantes, hoje conhecida como Museu da Imigração (IBRACHINA, 2021, s.p.).

No entanto, de acordo com o *site* Oestrangeiro.org (2021), se a entrada oficial de imigrantes chineses no Brasil ocorreu em 1900, a presença deles no país é muito anterior a esta data. Entre 1812 e 1819, uma colônia de chineses foi trazida de Macau para o Rio de Janeiro com o objetivo de colocar em prática um projeto econômico de Dom João VI: introduzir a cultura do chá no Brasil. Em 1812, para dar início às plantações na fazenda da família imperial (atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro), chegam ao Brasil 300 chineses, além de mudas e sementes de chá. As causas do insucesso do projeto podem ser compreendidas pela citação abaixo:

[...] o cultivo de chá pelos chineses foi, de modo geral, considerado um fracasso. Por um lado, o diretor do Jardim Botânico tratava os trabalhadores de forma severa, suspeitando de que eles, propositalmente, mantivessem segredos sobre suas técnicas mais sofisticadas de processamento do chá – o que não era verdade, pois os chineses geralmente bebem chá verde e simplesmente não conheciam os gostos euro-brasileiros, que preferiam tomar o chá preto adoçado com açúcar. Por outro lado, os próprios chineses não aceitaram de forma passiva as condições de servidão dentro da fazenda imperial. Quando dois deles fugiram do Jardim Botânico, o filho de D. João VI caçou-os com cavalos e cães. Muitos outros escaparam em seguida, estabelecendo-se em outros locais da cidade, onde passaram a trabalhar como vendedores ambulantes e cozinheiros. Por volta de 1825, vários chineses registrados com nomes brasileiros já tinham adquirido licença para mascatear. Com o passar do tempo, os plantadores de chá tornaram-se mascates, vendendo nas ruas peixes e pastéis”. (OESTRANGEIRO.ORG, 2021, s.p.).

Ainda segundo a publicação acima, em 1881 o Brasil assinou um tratado amplo de “amizade, comércio e navegação” com a China, que proibiu a contratação de mão-de-obra, pois os brasileiros proprietários de terras tratariam os trabalhadores como escravos e não como colonos livres. No entanto, mesmo diante da proibição oficial, devido à falta da mão de obra, consequente da proibição do tráfico negreiro, atividades ilegais do contrabando de *coolies*¹ receberam apoio do governo brasileiro. Em 1882, foi fundada no Rio de Janeiro a Companhia de Comércio e Imigração Chinesa (CCIC), contando com o apoio ativo do governo brasileiro e visando trazer ao País 21 mil trabalhadores. O primeiro grupo de mil chineses foi enviado pela CCIC a Minas Gerais para trabalhar na Companhia Mineradora de São João del Rey, de propriedade britânica, dona da maior mina da América do Sul, a de Morro Velho. Todavia, parte desse grupo de chineses não aceitou trabalhar nas minas e os que aceitaram fugiram pouco tempo depois.

A partir do início do século XX, a maior parte dos chineses que imigraram para o Brasil estabeleceram-se como comerciantes e atuaram no ramo de restaurantes.

Cabe destacar que em 1913 o Brasil reconhece a República da China, dada a proclamação da república chinesa ocorrida em 1911. Ademais, em 1914 o Brasil instala uma missão diplomática na capital chinesa (VILLELA, 2021).

No entanto, no período compreendido entre 1881 e 1961 a interação entre a política brasileira e a China é irrelevante, conforme podemos ver abaixo:

A política exterior do Brasil republicano, especialmente de 1913 a 1961, seguiu uma linha americanista, de consulta e cooperação com a política americana no plano global. Em 1949, com a revolução de Mao Tsé-Tung, o Brasil transferiu sua representação diplomática na China para Tóquio, no Japão, sede do Comando Supremo das Forças Aliadas (no contexto pós-Segunda Guerra Mundial). Mais tarde, em 1952, o Brasil passou a embaixada para Taiwan, recusando o reconhecimento do regime comunista da China continental (OESTRANGEIRO.ORG, 2021, s.p.).

Um fato marcante nas relações sino brasileira ocorreu em 1961 quando o vice-presidente Joao Goulart chefiou uma missão econômica e parlamentar em visita à República Popular da China, à União Soviética e outros países do Oriente.

¹ Termo usado historicamente para designar trabalhadores braçais oriundos da Ásia, especialmente da China e da Índia, durante o século XIX e início do século XX.

Recebido pessoalmente por Mao Tsé-Tung, líder da revolução comunista chinesa e presidente do país na ocasião, durante um almoço e um chá tiveram uma longa conversa sobre os respectivos países. A missão, apoiada pelo presidente Jânio Quadros, via nesta aproximação a possibilidade de futuros benefícios para os brasileiros. Cabe destacar que, como vivíamos no cenário da Guerra Fria, tal aproximação desafiava o alinhamento automático dos países latino americanos com os Estados Unidos (SUL 21, 2021).

Ainda, de acordo com a publicação acima, em seu discurso no Congresso do Povo, Jango declarou de forma enfática: “Viva a amizade cada vez mais estreita entre a China Popular e os Estados Unidos do Brasil, viva a amizade dos povos asiáticos e latino americanos!”.

Pouco tempo depois desta aproximação, em 1964, ocorre o golpe cívico-militar e o Brasil rompe relações diplomáticas com a China. Dois acontecimentos foram marcantes neste período, como podemos constatar na citação a seguir:

[...] uma missão chinesa ao Brasil foi interrompida pelo golpe de 1964. No dia 31 de março, nove membros do Conselho Chinês para o Fomento do Comércio Internacional, que já estavam em Genebra em conexão para o Brasil com o fim de fundar uma representação comercial permanente, tiveram que cancelar a viagem. Outros nove chineses que já se encontravam no Brasil foram detidos pelo DOPS e ficaram presos por um ano até serem deportados (ALMEIDA, 2021, p.4)

No entanto, no início da década de 1970, o governo militar brasileiro inicia um tímido processo de aproximação comercial com a China comunista. Segundo Almeida, 2021, no ano de 1971 o Brasil passa a vender açúcar para a República Popular da China e no ano seguinte uma missão da Companhia de Café Cacique, acompanhada do cônsul brasileiro em Hong Kong, visita o país.

Cabe lembrar que o estado brasileiro nessa ocasião mantinha relações diplomáticas somente com a República da China (Taiwan). Porém, na perspectiva de ampliar as relações comerciais com a China comunista, o Brasil, em 1974, passou a estabelecer, também, relações diplomáticas. Ocorrem trocas de embaixadores e criação de embaixadas em Pequim e Brasília.

Assim, em agosto de 1974 o então presidente Ernesto Geisel aproxima-se definitivamente da China e lança as bases para um convívio bilateral de sucesso que veio a se formar e a se consolidar nas décadas posteriores (VILLELA, 2021, p.3).

A partir da década de 1990, ao se referir à marcante e crescente importância que as relações Brasil-China passou ter, uma expressão passou a ser usual: “o potencial de aprofundamento das relações a longo prazo, a expressão *parceria estratégica*, cunhada em 1993 pelo Primeiro Ministro chinês, Zhu Rongji, tem sido amplamente utilizada pelos dois países” (OLIVEIRA, 2021, s.p.).

Albuquerque, na passagem a seguir, também destaca a qualificação dessas relações: “A expressão “parceria estratégica” foi aplicada à relação bilateral do Brasil com a China durante o governo Itamar Franco (1992-1995), na primeira gestão do Embaixador Celso Amorim como ministro das Relações Exteriores” (2021, p.1).

A partir de então estabeleceram-se ampla cooperação entre os dois países nos fóruns multilaterais, sendo que na maioria das vezes posicionaram-se da mesma forma, ou seja, quase sempre tomaram as mesmas decisões e sempre defenderam os interesses do mundo em desenvolvimento. Assim, as relações diplomáticas desenvolveram-se satisfatoriamente, conforme podemos ver abaixo:

As relações políticas construíram-se de forma satisfatória, atingindo um elevado nível qualitativo que pode ser atestado pelas várias visitas de presidentes e funcionários do alto escalão dos dois governos. Por exemplo, o presidente Jiang Zemin esteve no Brasil em 1993 e 2001. Do lado do Brasil, o presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a China em 1995. Em 2003, o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, esteve na China à frente de uma missão comercial de empresários brasileiros. No ano seguinte, o Presidente Lula, acompanhado por ministros, políticos e empresários, visitou a China em maio. Em retribuição à visita de Lula, o presidente Hu Jintao esteve no Brasil em novembro do mesmo ano também acompanhado por membros do governo e empresários de seu país (VILLELA, 2021, p.4).

Em 2014 Lula da Silva visita a China com a maior delegação brasileira, até então: 450 representantes de empresas brasileiras (ALMEIDA, 2001, p.7). É nesta ocasião que ocorre a criação da COSBAN – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. Visando incentivar o relacionamento bilateral, altos representantes dos dois Países se comprometeram, a partir de então, a realizarem encontros regulares (BRASIL, 2021.b).

Ademais, são notórias as iniciativas de cooperação técnico-científica entre os dois países, quer seja na produção de satélites, na tecnologia de informação, na biotecnologia, recursos genéticos, novos materiais, nanociência e nanotecnologia (VILLELA, 2021, p.4). Um exemplo dessas iniciativas ocorreu em 1988, durante o Governo Sarney, com um

programa de cooperação tecnológica espacial para produção e lançamento de satélites de observação da Terra, o CBERS 04-A² (ALMEIDA, 2021, p.6).

Cabe destacar também, que a criação do BRICS³ em 2006, contribuiu ainda mais para o aprofundamento das relações entre Brasil e China.

No governo da presidenta Dilma, a visita oficial ocorreu em 2011. Segundo a revista ISTOÉ (2021), além de apostas de investimentos de empresas chinesas no território brasileiro, a visita serviu, também, para destravar disputas comerciais antigas, como por exemplo a permissão para exportar carne suína para a China, maior consumidora mundial desse tipo de carne, e que até agora impunha aos frigoríferos nacionais barreiras sanitárias.

Durante o segundo mandato de Dilma, as relações econômicas com a China, mantiveram-se muito ativas, como podemos constatar no trecho abaixo:

Em 2015, o Brasil celebrou um pacote de acordos com a China, assinados pela então presidente Dilma Rousseff e o primeiro ministro chinês Li Keqiang. Esses acordos 9 envolveram US\$ 53 bilhões em investimentos através de 35 acordos bilaterais nas áreas de planejamento, infraestrutura, comércio, energia, mineração e outras.

Além disso, a China também se propôs a financiar, via o banco estatal ICBC, US\$ 50 bilhões em obras de infraestrutura e ainda se dispôs a criar, em parceria com o Brasil, um “fundo bilateral de cooperação”, de cerca de US\$ 20 bilhões, para investimentos na produção e infraestrutura, que foi finalmente lançado em 2017 (ALMEIDA, 2021, pp. 8-9).

Segundo ALMEIDA (2021, p.9), com o *impeachment* da presidenta Dilma e a subida ao poder do seu vice Michel Temer, houve um temor de que a relação entre os dois países pudesse ser abalada. “Ao contrário, a primeira visita internacional de Temer foi justamente para a China (2016), visita repetida em 2017, tendo, em ambas ocasiões, se encontrado com o presidente Xi Jinping (2021, p.9). A citação abaixo também é outro exemplo da solidez que essa relação já tinha atingido:

Em junho de 2017, já sob o governo Michel Temer, Brasil e China colocaram em operação o Fundo de Cooperação para Expansão e Capacidade produtiva Brasil-China, com aporte de US\$ 20 bilhões, sendo US\$ 15 bilhões do Claufound (Fundo de Cooperação chinês para investimentos na América Latina) e US\$ 5 bilhões de capitais brasileiros, de origem ainda não bem definida quando do início de sua operação. O lançamento do fundo havia sido feito em 2015 durante a visita do primeiro ministro chinês ao Brasil, conjuntamente com a ex-presidenta Dilma Rousseff (ALMEIDA, 2021, p.10).

² Satélite de Recursos Terrestres Brasil-China.

³ Agrupamento de 5 países - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico.

A importância dessa parceria na atualidade e os esforços empreendidos pelos dois países ao longo de várias décadas para consolidar relações diplomáticas e comerciais, começa a sofrer abalos já nos discursos de campanha do presidente Bolsonaro – discursos com teor claramente anti-China. A citação a seguir esclarece a questão:

Uma das questões exploradas na campanha de Jair Bolsonaro foi a política de relações exteriores dos governos do PT e até mesmo de outros governos anteriores. Elas foram consideradas por ele, de modo geral, como “ideológicas”. Entre as mais questionadas, esteve a relação com a China, que, segundo ele, estaria sendo realizada devido a posições ideológicas próximas entre os governos do PT brasileiro e do PC chinês. Também destacou que a China estaria dominando o Brasil, sendo um “predador” que pretendia “comprar” nosso país. E ele, como “patriota”, pretendia defender nossa pátria, se livrando dos chineses (ALMEIDA, 2021, p.13).

A reação à postura de Bolsonaro foi imediata, tanto no Brasil como na China, como observamos a seguir:

Diante das sinalizações e ameaças explícitas de Bolsonaro com vistas a restrições nas relações econômicas com a China, governantes, empresários e órgãos da mídia daquele país reagiram, tanto com articulações institucionais, como com lobbies, declarações públicas, reportagens e editoriais “semi-oficiais” na mídia chinesa. Mas o principal obstáculo à aplicação de seus desejos e discurso ideológicos vem da própria base social interna de Bolsonaro, os fortes setores empresariais brasileiros interessados em manter e até ampliar as relações econômicas com a China (ALMEIDA, 2021, p.14).

A visita de Bolsonaro a Taiwan, ainda como pré-candidato à presidência, foi criticada por meio de uma carta enviada para a Executiva Nacional dos Democratas e para a Embaixada da República Popular da China, em 28 de fevereiro de 2018. O texto diz que a visita fere o Princípio de Uma Só China, consenso amplo da comunidade internacional e política explicitamente defendida pelo governo e pelo congresso brasileiro (PODER 360, 2021).

Não demorou muito para que outro acontecimento envolvendo as relações Brasil-China ocorresse. No segundo semestre de janeiro de 2019, portanto, poucos dias após a posse de Bolsonaro, uma comitiva de parlamentares, em sua maioria ligado ao partido do presidente, visitam a China, a convite do governo chinês. Entre outros interesses, o grupo foi conhecer o sistema de reconhecimento facial chinês, com a intenção de trazer esse tipo de tecnologia para o Brasil. No entanto, a ala mais ideológica ligada ao governo, expressou o seu descontentamento publicamente e de forma agressiva. O escritor Olavo de Carvalho,

chamado por muitos de “guru do governo Bolsonaro”, condenou a iniciativa do grupo em aceitar o convite e foi, certamente, o mais hostil, como esclarece o trecho destacado abaixo:

Carvalho publicou um comentário crítico no *YouTube* e várias postagens no *Twitter*, onde chamava os parlamentares de "palhaços", "analfabetos" e "caipiras", dentre outros xingamentos, e reprovava tanto a viagem paga pelo governo chinês quanto a ideia do reconhecimento facial. Foi o suficiente para causar uma polêmica nas redes sociais entre os parlamentares do PSL que estão na viagem, colegas que ficaram no Brasil, eleitores do grupo e seguidores do escritor (NOTÍCIAS.UOL, 2021).

Em maio de 2019, o vice-presidente Hamilton Mourão visita oficialmente a China com a intenção de atrair investimentos, novos mercados e também presidir, juntamente com o vice-presidente chinês, o quinto encontro da Cosban. No encerramento da visita, Mourão encontrou-se com o presidente Xi Jinping, ocasião em que lhe entregou uma carta de Bolsonaro (ISTOÉ, 2021).

Segundo o jornal El País (2021), para um presidente que durante a campanha acusava a China de “querer comprar o Brasil”, vimos em outubro de 2019 um Bolsonaro reconciliador chegar em território chinês e disposto a seduzir o governo do país asiático a investir no Brasil.

Durante os três dias que ficou na China, Bolsonaro convidou o país para participar do leilão de gás e petróleo, fechou oito acordos de cooperação nas áreas de infraestrutura, energia, educação e agropecuária e, na intenção de incentivar o turismo, anunciou a suspensão de vistos de cidadãos chineses que quisesse entrar no país. No entanto, em 25 de janeiro de 2020, Bolsonaro recuou da decisão e segundo o deputado federal Eduardo Bolsonaro a questão ainda será estudada (BBC NEWS BRASIL, 2021).

Em março de 2020, uma postagem do deputado federal Eduardo Bolsonaro deu origem a uma crise diplomática envolvendo o Embaixador da China no Brasil. O deputado acusou a China de esconder informações sobre o coronavírus. Respondendo duramente as acusações, o embaixador chinês exigiu que a postagem fosse apagada e que ocorresse um pedido de desculpas ao povo chinês (POLITIZE, 2021).

Mesmo após a superação desta crise, várias outras declarações de políticos que apoiam o atual governo e ministros de Estado, com destaque para os ministros da Educação e das Relações Exteriores, proferiram ataques contra a China, criando consecutivas situações embaraçosas para a relação entre os dois países.

Almeida (2021) destaca que vários chefes de estado e governo da China visitaram o Brasil a partir de 1985:

Dos chefes de estado e governo da China ao Brasil, ocorreram as seguintes visitas: 1985 (Primeiro-Ministro Zhao Ziyang), 1993 (Presidente Jiang Zemin e Primeiro-Ministro Zhou Rongji), 1996 (Primeiro-Ministro Li Peng), 2001 (Presidente Jiang Zemin), 2004 e 2010 (Presidente Hu Jintao), 2012 (Primeiro-Ministro Wen Jiabao), 2014 (Presidente Xi Jinping), 2015 (Primeiro-Ministro Li Keqiang). Em todos esses encontros houve a assinatura de atos conjuntos. Além das visitas de chefes de governo e de estado aos países, ocorreram diversas reuniões bilaterais entre eles durante a realização de eventos em outros países e inúmeras visitas bilaterais de vice-presidentes, chefes do poder legislativo e judiciário, ministros de relações exteriores e de áreas da econômica. Além de diversas reuniões de fóruns multilaterais que têm a participação de ambos os países. O mais recente evento relevante ocorreu em agosto de 2019, quando houve uma comemoração dos 45 anos de relações diplomáticas entre ambos países (ALMEIDA, 2021, p.7).

Sem dúvida, a China se constituiu num importantíssimo parceiro econômico do Brasil, tal posição, como pudemos acompanhar no relato acima, não foi obra do acaso, houveram reais esforços, por parte dos governos e empresários de ambos os lados e muito empenho diplomático para o sucesso desta relação comercial. Com certeza, tanto o Brasil quanto a China apostam num futuro de maior integração entre os dois países.

2.2 - O PROCESSO DE ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O processo de abertura comercial no Brasil, também conhecido como processo de liberalização das importações, teve início no final da década de 1980 e consolidou-se nos anos 1990. Como veremos adiante, é consenso entre os analistas que o Brasil, até a ocorrência da abertura comercial, era uma das economias mais fechadas do mundo.

Ocorre que, ao longo da sua história econômica do Século XX, o Brasil foi criando uma série de mecanismos para proteger nossas empresas da concorrência externa, desenvolvendo vários instrumentos para dificultar as importações. Por detrás da estratégia acima estava o chamado PSI - Processo de Substituição de Importações, o qual caracterizou o processo de industrialização brasileiro (LACERDA et al., 2018).

Durante o evento Abertura Comercial e Produtividade no Brasil, promovido pelo Centro de Finanças do Insper, o economista Edmar Bacha afirmou que a origem dessa realidade está ligada à política de valorização do café, que começou lá em 1906, com o Convênio de Taubaté e que essa foi a medida mais duradoura e de impacto determinante nos destinos da nação (BONOMO, 2021).

Para Bacha, o preço do café se sustentou e se tornou atraente. Mas, quando já tinha 80% do mercado, o Brasil decidiu segurar os preços nas alturas. No século 20, o país acabou perdendo participação no mercado, pois o valor elevado do produto acabou por estimular a entrada de outras nações na concorrência (BONOMO, 2021).

O economista acima destacou também que, apesar de ter feito uma industrialização satisfatória, o Brasil sempre fugiu do mercado internacional e se acostumou a isso. Além de não ter concorrência da importação, os dólares que o café produzia eram reservados para a indústria importar bens de capital e insumos para o abastecimento dos seus próprios custos (BONOMO, 2021).

Todavia, segundo Lacerda (2018), a situação acima caracterizada iria sofrer grandes mudanças a partir de 1988, quando o governo Sarney deu início ao processo de abertura comercial. A referida abertura estava inserida no conjunto de reformas preconizadas pelo chamado Consenso de Washington, o qual, em breve definição consiste em:

Expressão cunhada pelo economista norte-americano John Williamson, [...]. Trata-se de um decálogo de medidas liberalizantes e de ajustes sugerido para reformas nos países em desenvolvimento, concebido no âmbito de organizações sediadas ou vinculadas a Washington, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial (LACERDA et. al., 2018, p. 202).

Assim, na segunda metade dos anos 1980, embora houvesse muitas controvérsias, acreditava-se que a abertura econômica era inevitável, tendo em vista o esgotamento do PSI-Processo de Substituição de Importações. Daí em diante, a liberalização das importações vem se constituindo no grande condutor das políticas econômicas do país. Por detrás desse processo está a crença segundo a qual o livre comércio proporcionaria desenvolvimento com melhoria da qualidade de vida da população, como resultado do crescimento econômico que adviria da melhor eficiência alocativa dos fatores de produção (LACERDA et. al., 2018, p. 205).

No ano de 1988, o Brasil inicia sua reforma comercial ao eliminar os controles quantitativos e administrativos sobre as importações e ao apresentar uma proposta de redução das tarifas de importações (LACERDA et. al., 2018, p. 205).

A partir de 1990, já no governo Collor, o processo de abertura comercial intensificou-se muito. Antes de avançarmos na exposição deste processo, cabe caracterizar a situação que prevalecia no período imediatamente anterior, ou seja, na década de 1980.

Na década de 1980, também conhecida como a década perdida, a economia brasileira estava enfrentando uma grave crise devido ao endividamento externo, a qual também ficou conhecida como a crise da dívida externa. Isto significa que o país enfrentava muitas dificuldades para pagar os compromissos decorrentes do elevado endividamento que ocorreu na década anterior, ainda nos governos Médici e Geisel, isto é, nos anos 1970. A alternativa encontrada foi recorrer ao FMI - Fundo Monetário Internacional, para conseguir recursos suficientes para pagar, pelo menos, os juros incidentes sobre a dívida externa. Porém, em troca, o FMI exigiu que o país adotasse uma política de ajustes da economia que permitisse a obtenção de elevados superávits na balança comercial. Assim, a prioridade da política econômica passou a ser a obtenção destes superávits, de forma a enfrentar o problema da dívida externa (LACERDA et. al., 2018, pp. 202-207).

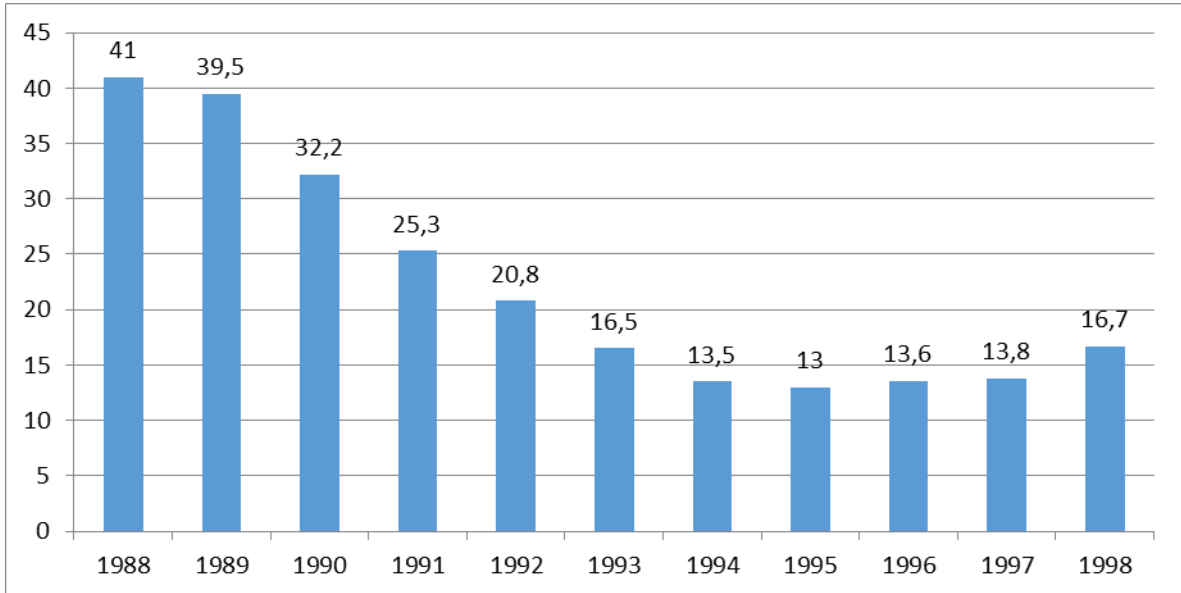
Vejamos abaixo as estratégias referentes às importações utilizadas na época:

O principal instrumento de contenção das importações durante os anos 1980 foram medidas não tarifárias, dentre as quais se destacava a Lei do Similar Nacional, que listava alguns produtos cuja importação era proibida. Além disso, havia os Programas Especiais de Importação e licenças de importação. Todo o processo era conduzido pela Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil, no que se referia aos aspectos regulatórios e operacionais (LACERDA et. al., 2018, p.207).

A abertura comercial significou, por um lado, a eliminação da maior parte das barreiras comerciais não tarifárias e, por outro, a redução drástica das tarifas de importação, se considerarmos o conjunto do período, conforme podemos constatar no gráfico abaixo.

Observa-se que a alíquota nominal média em 1988 situava-se em 41%, foi sofrendo reduções e chegou a atingir 13% em 1995, seu patamar mais baixo, sofrendo uma leve reversão nos anos seguintes.

FIGURA 1 – ALÍQUOTAS NOMINAIS MÉDIAS DE IMPORTAÇÃO (em %).



Fonte: MINISTÉRIO DA FAZENDA (1994 apud LACERDA et. al., 2018, p. 206).
Elaboração própria.

O economista André Averbug apresenta alguns detalhes importantes do processo de abertura:

Depois, entre 1988 e 1993, realizou-se amplo processo de liberalização comercial no qual se concedeu maior transparência à estrutura de proteção, eliminaram-se as principais barreiras não-tarifárias e reduziram-se gradativamente o nível e o grau de proteção da indústria local. Entre 1988 e 1989, a redundância tarifária média caiu de 41,2% para 17,8%, foram abolidos os regimes especiais de importação (exceto os vinculados ao drawback, ao desenvolvimento regional, ao incentivo às exportações, ao governo, ao Befiex e a acordos internacionais), unificaram-se os diversos tributos incidentes sobre as compras externas e reduziram-se levemente o nível e a variação do grau de proteção tarifária da indústria local, com a tarifa média passando de 51,3% para 37,4%, a modal de 30% para 20% e a amplitude de 0-105% para 0-85% (AVERBUG, 1999, p. 46).

No início do governo Collor, foi instituída a nova Política Industrial e de Comércio Exterior, a qual extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias herdadas do período de substituição de importações e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação. As reduções se dariam gradualmente entre 1990 e 1994, de modo que, no final do período, a tarifa máxima seria de 40%, a média de 14% (AVERBUG, 1999, p. 46).

Segundo o autor acima, a estrutura de proteção foi definida da seguinte forma:

- produtos sem similar nacional, com nítida vantagem comparativa e proteção natural elevada ou commodities de baixo valor agregado, tiveram alíquota nula;
- alíquota de 5% foi aplicada a produtos que já possuíam esse nível tarifário em 1990;
- tarifas de 10% e 15% foram destinadas aos setores intensivos em insumos com tarifa nula;
- a maior parte dos produtos manufaturados recebeu a alíquota de 20%, enquanto as indústrias de química fina, trigo, massas, toca-discos, videocassete e aparelhos de som teriam 30%; e
- os setores automobilísticos e de informática teriam proteção nominal de 35% e 40% (AVERBUG, 1999, pp. 46-47).

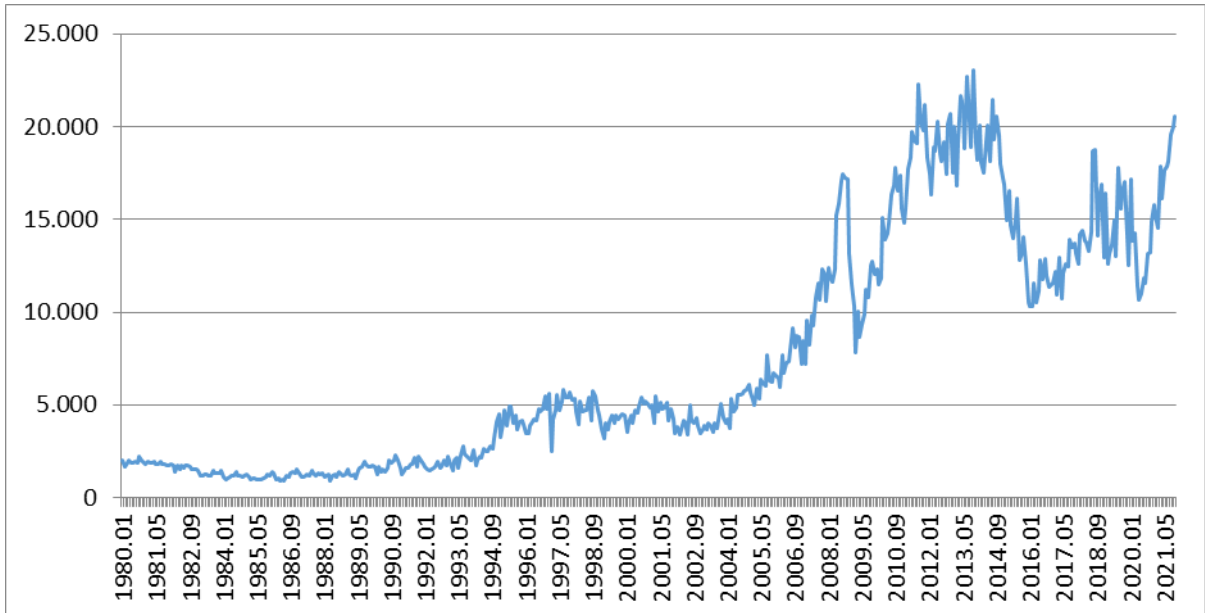
Cabe observar que o processo de abertura foi implementado em seguida de uma década em que reinou a instabilidade, de forma que grande parte das empresas brasileiras encontravam-se em atraso tecnológico, quando comparadas aos padrões internacionais. Assim, a abertura provocou uma profunda reestruturação industrial no país, beneficiando os consumidores, pela maior disponibilidade de produtos, preços e tecnologia, porém com impactos negativos sobre o emprego (LACERDA et. al., 2018, p. 208).

A abertura significou um enorme desafio para os produtores brasileiros:

A abertura brasileira se deu em condições particulares, sem que os fatores de competitividade sistêmica fossem adaptados, o que provocou um desafio exemplar para os produtores locais. Estes, ao contrário dos concorrentes internacionais, foram prejudicados com tributação e juros elevados, carência de infraestrutura e excessiva burocracia (LACERDA et. al., 2018, p. 208).

Por meio do gráfico abaixo podemos perceber o impacto da abertura comercial nas importações brasileiras. Como era de se esperar, percebe-se um significativo aumento das nossas importações, o qual se inicia em 1990 e, em 1994 já representavam mais do que o dobro das importações realizadas em 1990. Por sua vez, em 2008 o total das importações representa o dobro das realizadas em 1994.

FIGURA 2 - IMPORTAÇÕES MENSAIS (FOB - em US\$ milhões).



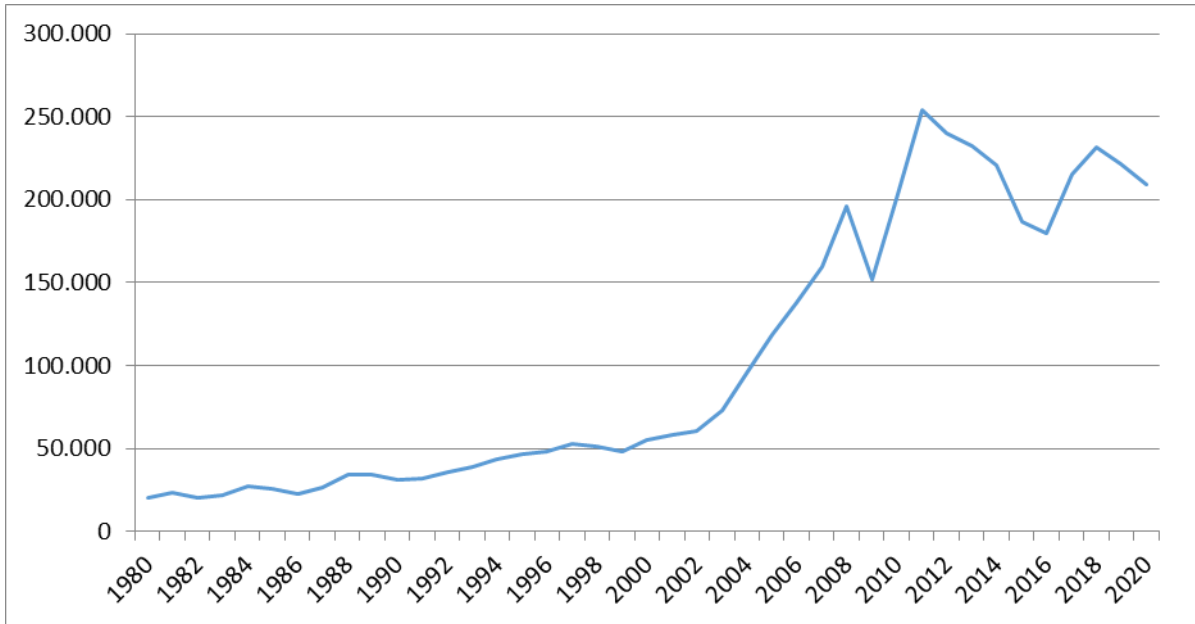
Fonte dos dados brutos: IPEADATA (2021). Elaboração própria.

Assim, o gráfico acima mostra que o impacto da abertura comercial sobre as importações foi muito significativo, especialmente quando observamos o comportamento das importações na década de 1980, o qual indicava uma clara estagnação.

Vejamos a seguir, o comportamento das exportações, uma vez que, segundo ditado corrente, o comércio internacional é uma via de mão dupla. Isto porque, os países que importam buscam, como reciprocidade, exportar para os países de onde se originam suas exportações.

Por meio da linha representativa das exportações brasileiras podemos constatar que ocorreu também um significativo crescimento de nossas exportações. Desta forma, podemos afirmar que a abertura comercial brasileira, levada a cabo a partir de 1988 e aprofundada na primeira metade dos anos 1990, teve como impacto um forte incremento no comércio exterior, aumentando significativamente, tanto nossas importações como nossas exportações.

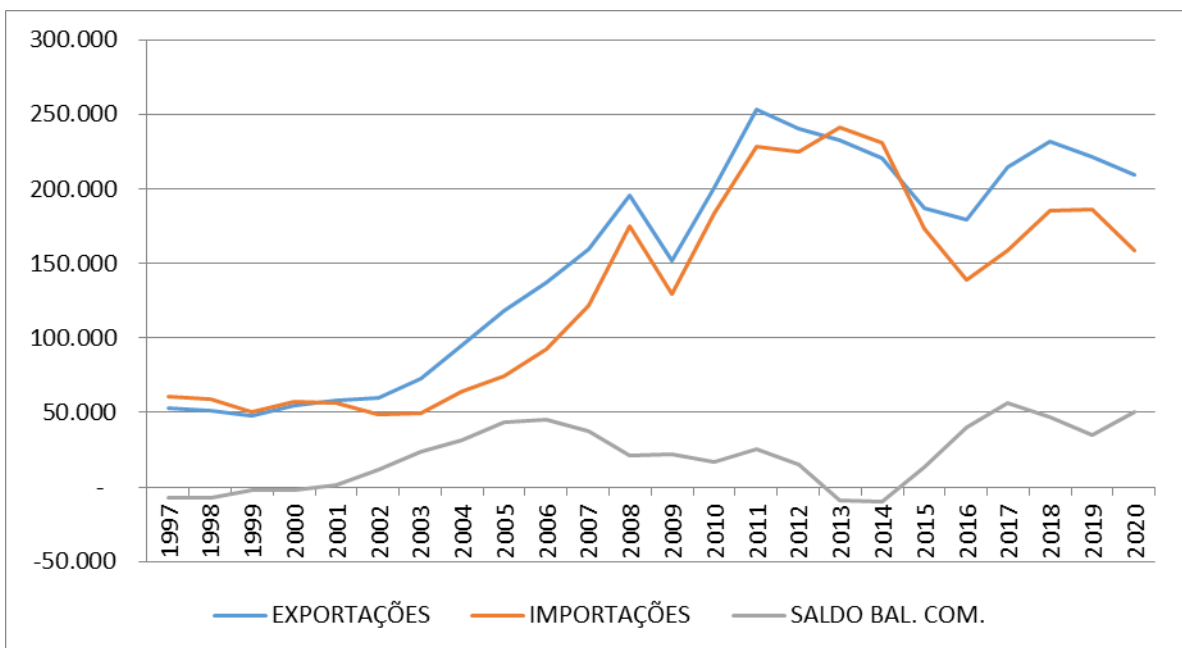
FIGURA 3 – EXPORTAÇÕES ANUAIS (FOB – em US\$ milhões)



Fonte dos dados brutos: IPEADATA (2021). Elaboração própria.

FIGURA 4 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (em US\$ milhões).

No gráfico abaixo podemos verificar o impacto líquido da abertura comercial no comércio exterior, por meio do saldo da Balança Comercial brasileira.



Fonte dos dados brutos: IPEADATA (2021). Elaboração própria.

Por meio do gráfico acima se verifica que a partir do início do presente século, nossa balança comercial passou a apresentar significativos superávits, apenas interrompidos em 2013 e 2014.

2.3 A CHINA SE ABRE PARA O MUNDO

2.3.1 A construção de uma China socialista

Para compreender a posição que a China ocupa hoje no cenário mundial, se faz necessário analisar, principalmente, as transformações econômicas que ocorreram no país a partir de 1978. No entanto, de forma breve, apresentaremos, também, alguns aspectos políticos e econômicos do país nos períodos anteriores ao século XX.

Muito antes dos portugueses se lançarem ao mar, dando início ao que hoje conhecemos como a “Era dos Descobrimentos”, os chineses já possuíam a mais moderna frota naval do mundo e uma posição de destaque no Oriente. Entre 1405 até 1433, Zheng He (1371-1433), navegou sete vezes pelo Sudeste Asiático e o Oceano Índico. No entanto, quando a porção norte do país se viu ameaçada pelos mongóis, o projeto de navegação foi abandonado para cuidarem da defesa do território (IHU.UNISINOS, 2021).

A citação abaixo demonstra a posição que a China ocupava no mundo até a metade do século XIX: C

Até meados do século XIX, a China era a maior economia do mundo, considerando que em 1820, auge da Dinastia Qing, o país era responsável por cerca de um terço de todo o PIB mundial, nesse período o país tinha a maior extensão territorial e era muito influente na região. O cenário começou a se alterar com as invasões europeias que ocorreram a partir da metade do século XIX e a guerra do Ópio (que teve início em 1839) (PIRES, 2011, p.3)

As consequências das Guerras do Ópio foram devastadoras para o povo chinês, abrindo espaço para grandes revoltas, como a citação esclarece:

As duas **Guerras do Ópio** (e o narcotráfico inglês) foram desastrosas para o povo chinês. A **China** sofreu duas fomes extremas e teve a sua economia vilipendiada. Diante do colapso da economia e do agravamento dos problemas sociais, a população se mobilizou – inspirada nas ideias revolucionárias de **Sun Yat-sen** – e começaram a defender a derrubada da **Dinastia Qing** e a proclamação da república. Um levante militar levou à formação de um governo provisório da República da China em **Nanquim**, em 12 de março de 1912, sendo que Sun Yat-sen foi designado o primeiro presidente do país (IHU.UNISINOS, 2021, s.p.).

O estado republicano, comandado pelo Partido Nacionalista Chinês (PNC), não foi capaz de recuperar a economia do país, integrar o território e impedir o crescimento do Partido Comunista Chinês (PCCh). O descontentamento social era imenso e a crise, agravada pela invasão japonesa e pela Segunda Guerra Mundial, desencadeou uma guerra civil entre o PNC e o PCC, vencida pelo Partido Comunista em 01 de outubro de 1949 (CONCIENCIA, 2021).

Mao Tsé-Tung, líder da revolução socialista, passa a comandar a nação e instaura um novo modelo político e econômico para a China Popular.

Segundo ANPUH (2021), Mao, apesar de ser simpático ao modelo econômico adotado pelos soviéticos, não o colocou em prática prontamente. Foi somente com o I Plano Quinquenal (1953-1957) que a China passou a moldar a sua economia seguindo os padrões da URSS e lançou as bases de sua transformação econômica:

A China a partir de então passa por transformações nos meios de produção e almeja grandes avanços econômicos. O progresso da indústria, mais especificamente da siderurgia, passa a ser visto como um valor fundamental para o desenvolvimento econômico do país. A propriedade privada dos meios de produção também pouco a pouco se extingue, no período que ainda se faz um esforço de descentralizar a indústria das regiões costeiras do país. Prioridade do Plano é concedida à indústria, especialmente a pesada que concentra 48% dos 76 bilhões de yuans e 88,8% dos investimentos destinados ao setor industrial, desconsiderando a produção de transportes. Todo o setor industrial acumula 77,5% dos investimentos do plano, contra cerca de 8% da agricultura (ANPUH, 2021, p.3).

Como vemos, o total de investimentos destinado à indústria foi quase 10 vezes superior ao da agricultura. No entanto, tratando-se de uma China agrária naquele momento, o crédito para financiar a indústria não poderia vir de outra fonte, senão da agricultura (ANPUH, 2021).

Segundo a publicação acima, pouco a pouco as indústrias capitalistas foram dando lugar às indústrias estatais e mistas, formam-se novos centros industriais pelo interior da China, ocorreram ondas migratórias dos centros fabris tradicionais para os recém construídos e 10% do orçamento foi destinado à educação, principalmente na formação de técnicos e engenheiros para suprir a falta de mão de obra especializada. Cabe lembrar, que na fase inicial do Plano, o suporte técnico para a indústria foi dado por engenheiros e técnicos soviéticos.

A estratégia de desenvolvimento focada na industrialização se mostrou bastante exitosa:

Em 1958, ao fim do I Plano Quinquenal, a China ocupa o sétimo lugar na produção mundial de aço, terceiro na produção carbonô e o décimo primeiro na produção de energia elétrica e segundo na produção de algodão. Destacados principais produtos da gênese da industrialização chinesa, é possível agora perceber o avantajado crescimento industrial entre 1952 e 1960, tanto dos bens de produção, quanto dos bens de consumo (ANPUH, 2021, p.7).

As transformações aplicadas ao setor agrícola também foram de grande importância: ocorreu a coletivização da terra, no entanto, a relação entre o número de pessoas no campo e a área agricultável, destinou 2/3 de hectares por família, levando a maioria delas a praticarem uma agricultura de subsistência. Porém, o uso de máquinas, adubos e sistema de irrigação permitiu o aumento da produção, principalmente, de arroz, trigo, milho, cevada e batata doce. No entanto, a China ainda estava longe de ser autossuficiente em alimento e para suprir a demanda da sua grande população passa a exportar bens de produção e importar cereais da União Soviética (ANPUH, 2021).

Ao fim do primeiro plano quinquenal a China havia obtido significativos avanços sociais e econômicos. Por exemplo: ocorreu um aumento da expectativa de vida da população, como consequência de um maior consumo de alimentos e de acesso à assistência médica. O crescimento da produção industrial foi notável, porém, a produção agrícola não atingiu os níveis esperados e a diferença social entre as regiões se mantinha muito grande (ANPUH, 2021).

Era necessário “acertar o passo”, questionamentos sobre o modelo soviético adotado surgem e um novo plano é lançado por Mao, como esclarece a citação:

Ele defende uma revisão dos ritmos da planificação. Fortalecido por ter conseguido impor a aceleração da coletivização agrária (julho e 1955), ele quer agora imprimir uma aceleração análoga à produção. Não mais em imitar a URSS, mas em ir mais depressa do que ela. Prepara um Plano de 12 anos para a Agricultura (janeiro de 1956, que prevê a duplicação das colheitas de cereal e algodão, e lança nas usinas a campanha “cada vez mais, melhor e mais economicamente” (primavera de 1956). Da necessidade de acelerar a produção, ele passa à de revisar a distribuição dos investimentos. [...] Quer rentabilizar as zonas costeiras e entregar “seu entusiasmo” e “sua individualidade” às administrações regionais, paralisadas pela “camisa-de força” que lhes impõe o centro (BERGÈRE, 1979, p. 41-42 apud ANPUH, 2021, p.10).

De acordo com NABUCO (2021 p.), “O Grande Salto Adiante”, como ficou conhecida a campanha lançada por Mao Tsé-Tung entre 1958 e 1960, ocorreu no momento em que a China enfrentava disputas e tensões políticas internas e internacionais e necessita avançar no projeto socialista bem como alavancar a economia rural do país. Mao pretendia

“fazer a produtividade no campo aumentar através de incentivos morais e da mobilização dos chineses com a participação direta dos dirigentes locais do PCCh.”

Sobre o projeto, a autora explica:

[...] em menos de um ano mais de 500 milhões de camponeses chineses integraram-se a 26.000 comunas nas quais não havia qualquer tipo de propriedade privada. Todas as tarefas relacionadas com o dia-a-dia destes trabalhadores, desde cuidar das crianças, das roupas até o preparo dos alimentos era feito pela comuna. Em um esforço nacional para aumentar a produção industrial, algumas fábricas foram removidas para o campo. O intuito era fazer com que os camponeses aprendessem as técnicas usadas na indústria e também aproveitá-los neste tipo de trabalho durante as entressafras. [...] Depois de uma boa colheita no verão de 1958, que serviu de estímulo aos planos chineses, o Comitê Central do PCCh passou a considerar as comunas como o caminho adequado para fazer avançar a construção socialista e o desenvolvimento da China (NABUCO, 2021, pp. 1-2).

Segundo DIÁLOGOS (2021), os dirigentes do PCCh começaram a recrutar, já no final de 1957, uma grande massa de camponeses para executarem obras hidráulicas destinadas a ampliar as áreas cultiváveis e a partir de 1958 as cooperativas agrárias existentes foram transformadas em gigantescas cooperativas (comunas) que chegavam a abrigar milhares de pessoas. Para Mao e para os demais dirigentes do Partido Comunista, as comunas eram vistas como a ponte para se atingir o comunismo. Em um discurso, Mao afirmou:

As comunas populares são vantajosas. Uma das vantagens é unir cada setor— a indústria, a agricultura, o comércio, a educação e as milícias. Isto facilitará a direção [do partido]”. Mao resumiu as características principais das comunas populares: a primeira, “grande” e a segunda, “igualitária” (yi-da-er-gong). Cada comuna consiste em 10 mil pessoas ou até 10 mil famílias, e é administrada como se fosse um quarteirão militar, onde cada componente é um combatente efetivo, e recebe gratuitamente a comida e as roupas (DIÁLOGOS, 2021, p.5).

No setor industrial, O Grande Salto tinha como meta, ultrapassar, num período de 15 anos, a Inglaterra na produção de aço e para tanto, se inicia uma ação que ficou conhecida como a “febre do aço”. A população foi incentivada a construir fornos caseiros para produzir aço. Em pouco tempo milhões de pessoas se envolveram nesse tipo de produção e passaram a usar como matéria prima todo e qualquer objeto que servisse para fabricar aço (DIÁLOGOS, 2021).

À medida que o governo aumenta as metas de produção a serem atingidas, tanto no setor agrícola como industrial, não tardaram a divulgação de relatórios mentirosos com números muito inflacionados. No entanto, a realidade já escancarava uma situação alarmante

de falta de alimentos em muitos lugares do país, o que passou a gerar instabilidade social e divergências dentro do Partido. As principais causas apontadas para a escassez de comida foram: falta de mão de obra para o plantio e para a colheita, já que uma grande parcela da população masculina do campo estava envolvida na produção de aço ou em obras de conservação de água; uma crise política, que impediu a correção dos excessos da coletivização forçada, agravando a crise no campo e, finalmente, ao invés de corrigir os rumos do plano, Mao insistiu no radicalismo socialista, empurrando o país para o caos. O resultado foi uma grande catástrofe humanitária com mais de 20 milhões de mortos em consequência da falta de alimentos (DIÁLOGOS, 2021).

Segundo NABUCO (2021, p.4):

O fracasso e posterior balanço do Grande Salto impôs severas mudanças nos rumos adotados pelo PCCh. Segundo as avaliações iria demorar algum tempo até que a agricultura retomasse os patamares de produção anteriores ao Grande Salto e havia 30 milhões de jovens camponeses que tinham sido deslocados para as cidades chinesas e que, segundo as novas diretrizes do partido, deveriam retornar ao interior. As recomendações incluíam também o fechamento de pequenas indústrias ineficientes estabelecidas durante estes anos. Uma pequena parcela das terras agrícolas (cerca de 6%) seria devolvida aos camponeses na forma de pequenas propriedades privadas, e também foi autorizada a reabertura de pequenos mercados rurais particulares e as cotas de produção voltaram a ser de responsabilidade de unidades familiares.

Ainda, segundo a mesma autora, o ano de 1962 é geralmente considerado como o início do racha entre o PC chinês e Mao Tse-Tung:

O setor que se opunha a Mao, liderado por Liu Shaoqi, Zhou Enlai e Deng Xiaoping obteve uma significativa vitória na cúpula do partido. Com isso começou um processo de desmonte das comunas, combinado com a autorização para que os camponeses, além da pequena produção privada, tivessem acesso a incentivos à produção em dinheiro e fizessem contratos para uso de equipamentos na produção rural.

Com o fim do Grande Salto Adiante, Mao renunciou a todos os seus cargos, mantendo apenas a presidência do Comitê Central, sua principal base de apoio (e talvez a única naquele momento) era o exército, que se mantinha fiel às diretrizes do líder chinês. Sobre Mao pesavam as acusações, feitas por outros dirigentes, de ignorar a realidade econômica do país, buscando governá-lo baseado apenas em convicções políticas e no voluntarismo disseminado entre as massas (NABUCO, 2021, p.4).

Segundo Lui (2021), em 1966, na tentativa de recuperar o seu prestígio político, Mao propõe um movimento, que ficou conhecido como a “Grande Revolução Cultural Proletária”, com o objetivo de estabelecer medidas para combater a burocracia e o conservadorismo. Diversos membros do PCCh foram acusados de conspiração e de serem contra o desenvolvimento social do país. Para combater os “traidores da Revolução”, Mao Tse-Tung

convoca milhares de jovens e transforma-os em soldados da Guarda Vermelha. Diversos importantes membros do Partido foram expulsos, entre eles Deng Xiaoping e Liu Shaoqi e professores, diretores, intelectuais e artistas sofreram punições e humilhações públicas.

Neste mesmo período, a China afasta-se de vez da URSS e, mesmo o presidente Nixon tendo visitado a China em 1972 e firmado alguns acordos comerciais, o país isolou-se política e economicamente do restante do mundo, situação que só seria revertida após a morte de Mao Tsé-Tung em 1976 (LUI, 2021).

2.3.2 A China pós 1978

A posição que a China ocupa hoje no cenário mundial é resultado de transformações que o país vem sofrendo desde a Revolução Socialista. No entanto, a mudança de rumo que a economia sofreu a partir do final de década de 1970 foi fundamental para que em poucos anos o país ultrapassasse economias sólidas como a da Inglaterra, da Alemanha e do Japão e fosse vista como a nação capaz de ameaçar a posição hegemônica dos Estados Unidos no mundo.

Durante a década de 1970 a economia da China não apresentou resultados satisfatórios e dentro do Partido Comunista, dois grupos passaram a disputar mais abertamente o poder e defenderem alternativas bastante distintas para a recuperação econômica e o desenvolvimento do país, como podemos constatar na citação:

Os partidários da linha mais radical defendiam a hipótese de manutenção e ampliação do sistema de comunas adotado nos anos posteriores do fim do “Salto Adiante”. Objetivava a mobilização de mais famílias para ofertar mão de obra na produção agrícola, proporcionando a eles doutrinação nos moldes maoístas juntamente de maquinaria, saúde e educação. Em contrapartida, existia outra ala do Partido Comunista que tinha como objetivo introduzir um crescimento econômico mais dinâmico e se acreditava que era unicamente através da absorção dos modelos organizacionais e tecnologias estrangeiras que a China poderia atingir um patamar de desenvolvimento aceitável. Tinha como seus maiores defensores: Deng Xiaoping e Zhou Enlai (LUI, 2021, p.21).

Com a morte de Mao Tsé-Tung, Hua Guofeng assumiu a presidência do Partido e passou a defender a ideia da linha mais radical. A ala pro-modernização perdeu força temporariamente, porém, logo em seguida, Deng Xiaoping assume a liderança do grupo dominante do Partido e passa a pôr em prática seu plano de reformas econômicas e abertura comercial que iria transformar o país (LUI, 2021).

Entre as medidas imediatas adotadas por Deng, podemos destacar: estudantes chineses são incentivados a estudarem no exterior; membros que haviam sido expulsos do partido foram reintegrados; cientistas e técnicos e engenheiros foram contratados para trabalharem nas empresas chinesas. Em um discurso em dezembro de 1978, Deng apresentou o seu projeto de tornar a China uma nação socialista moderna e poderosa, que tinha como objetivo aumentar em quatro vezes a renda per capita da população até o ano 2000 e quadruplicar essa renda em 2050. Os quatro setores eleitos para as “grandes modernizações” seriam: agricultura, indústria, tecnologia e defesa nacional (LUI, 2021).

Segundo Spence, as exigências para a realização do projeto seriam:

A realização das “Quatro Modernizações exige grande crescimento nas forças produtivas, que, por sua vez, exige diversas mudanças naqueles aspectos das relações de produção e da superestrutura que não estão em harmonia com o crescimento das forças produtivas, e exige mudanças em todos os métodos de gerenciamento, nas ações e nos pensamentos que estão no caminho desse crescimento. A modernização socialista é, portanto, uma revolução ampla e profunda (SPENCE, 1990, p. 613 apud LUI, 2021, p.24).

As reformas se iniciaram pela agricultura, onde o grande desafio era produzir uma quantidade de grãos capaz de alimentar a numerosa população chinesa e afastar de vez o fantasma da fome. As comunas foram extintas e os camponeses receberam a permissão de comercializar no mercado paralelo o excedente de sua produção. Outras medidas também foram tomadas pelo Partido Comunista, como podemos constatar:

Em um aceno mais imediato aos camponeses da China, a plenária recomendou que o preço pago pelo Estado pela cota de grãos fosse aumentado em 20% após a colheita do verão de 1979 e que o preço pelo grão colhido acima da cota fosse elevado em 50%. Essa mudança na política de grãos teve efeitos importantes na vida econômica de todos os chineses. Ao mesmo tempo, o pleno propôs que os preços das máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, inseticidas e produtos de plástico necessários ao trabalho agrícola e fabricados por empresas estatais fossem diminuídos entre 10 e 15% (SPENCE, 1990, p. 620 apud LUI, 2021, p. 25).

Os subsídios e a garantia de poder comercializar um pouco mais livremente a produção, aumentaram a confiança do trabalhador rural e logo os resultados vieram em forma de eficiência e aumento de produtividade. Esse excedente, dinamizou o comércio interno da China.

Os reflexos desse dinamismo também foram sentidos no mercado externo. Segundo Antunes (2021), as pequenas indústrias rurais de propriedade coletiva, criadas em 1958 para

garantir a autossuficiência das comunas, passaram a diversificar a produção e empregar a mão de obra liberada pela descoletivização agrícola, como podemos ver pela citação:

Entre 1978 e o começo dos 90, a produção das chamadas empresas municipais e de aldeias cresceu 21% ao ano. Em 1997, elas eram responsáveis por 50% das exportações. O número de empregados passou de 25 milhões para 138 milhões em 2004, em mais de 22 milhões de pequenas empresas (ANTUNES, 2021, s.p.)

Com a agricultura em recuperação graças às medidas adotadas, era hora de dar prosseguimento a uma outra etapa da “modernização”: realizar a abertura da economia ao capital estrangeiro e dar ênfase ao comércio exterior. Para tanto, o modelo usado teve como base a implantação de zonas de processamento de exportações, que já eram comuns em outros países do leste asiático (LUI, 2021).

A criação das Zonas Econômicas Especiais da China (ZEEs), foi, certamente, uma das principais ações adotadas pelo governo para promover a abertura econômica do país. Com o objetivo de dinamizar a produção industrial e oferecer estes produtos ao mercado exterior, foram criadas áreas exclusivas para industrialização com incentivos capazes de atrair capital externo (LUI, 2021).

Por outro lado, foi adotada uma estratégia segundo a qual todas as empresas estrangeiras que desejassem instalar-se no território da China deveriam associar-se com uma empresa local, estatal ou não, em uma prática conhecida na economia como *Joint Venture* (MUNDOEDUCAÇÃO, 2021).

Cabe observar que a China vivenciou um tipo de industrialização que se diferenciou da maioria dos processos ocorridos nos demais territórios do planeta, pois o desenvolvimento industrial chinês foi regulado pela forte presença do Estado (MUNDOEDUCAÇÃO, 2021).

O fato da população da China equivaler a aproximadamente a um quinto da população mundial foi um dos principais fatores que tornaram a economia do país atrativa para os investidores estrangeiros, pois o acesso a esse amplo mercado consumidor era a garantia de rápido lucro e retorno aos investimentos realizados. Some-se a isso que, em razão dos menores custos, o preço de produtos (sobretudo os de baixa tecnologia) tornou-se muito baixo e praticamente imbatível no mercado internacional (MUNDOEDUCAÇÃO, 2021).

Constata-se que o processo que teve início em 1978, por meio da “Política de Portas Abertas”, passou pela adesão da China ao Banco Mundial, em 1980, ao FMI - Fundo Monetário Internacional, em 1982 e pela admissão da China na OMC - Organização Mundial

do Comércio, em 2001, que significou o coroamento de um planejado processo de rompimento da política de isolacionismo (OLIVEIRA, 2001, p.15).

Estavam criadas, portanto, as condições plenas para a integração da China à economia mundial, quer seja na esfera comercial, na industrial e também na esfera financeira.

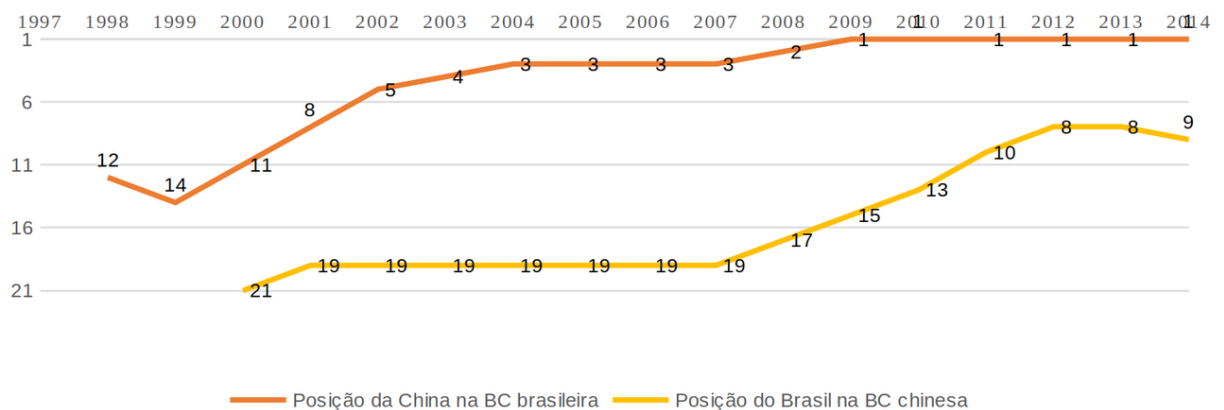
3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

3.1 – A CHINA TORNA-SE O PRINCIPAL PARCEIRO COMERCIAL DO BRASIL

O objetivo desta seção é retratar a evolução das nossas relações comerciais com a China, identificar o momento em que aquele país se torna o nosso principal parceiro comercial, discutindo as razões para esta mudança.

O gráfico abaixo nos indica com clareza que, em 2009 a China assume o primeiro lugar no *ranking* das nossas exportações.

Figura 5 – Posição do Brasil e da China na respectiva balança comercial.



Fonte: Pella (2019).

Chama a atenção o fato de que em 1999 a China ocupava apenas a décima quarta posição em nossa balança comercial, e que em apenas uma década tenha assumido o primeiro posto, consolidando-se nessa posição desde então, até hoje.

A tabela abaixo permite analisar mais detidamente como se deu a evolução do processo de mudança do nosso principal parceiro comercial, ao longo do tempo, isto é, a substituição dos EUA pela China, enquanto principal parceiro comercial do Brasil.

TABELA 1 – EXPORTAÇÕES ANUAIS DO BRASIL PARA EUA E CHINA – FOB
(em US\$ milhões)

ANO	CHINA	EUA
1990	382	7.594
1991	226	6.264
1992	460	6.933
1993	779	7.843
1994	822	8.816
1995	1.204	8.683
1996	1.114	9.183
1997	1.088	9.269
1998	905	9.741
1999	674	10.662
2000	1.085	13.160
2001	1.901	14.148
2002	2.517	15.325
2003	4.531	16.659
2004	5.439	20.003
2005	6.827	22.644
2006	8.398	24.507
2007	10.777	25.051
2008	16.520	26.547
2009	20.995	15.599
2010	30.748	19.300
2011	44.305	25.776
2012	41.226	26.646
2013	46.023	24.644
2014	40.612	27.017
2015	35.155	24.037
2016	35.133	23.155
2017	47.488	26.872
2018	63.930	28.697
2019	63.358	29.716
2020	67.788	21.471

Fonte dos dados brutos: Ipeadata. Elaboração própria.

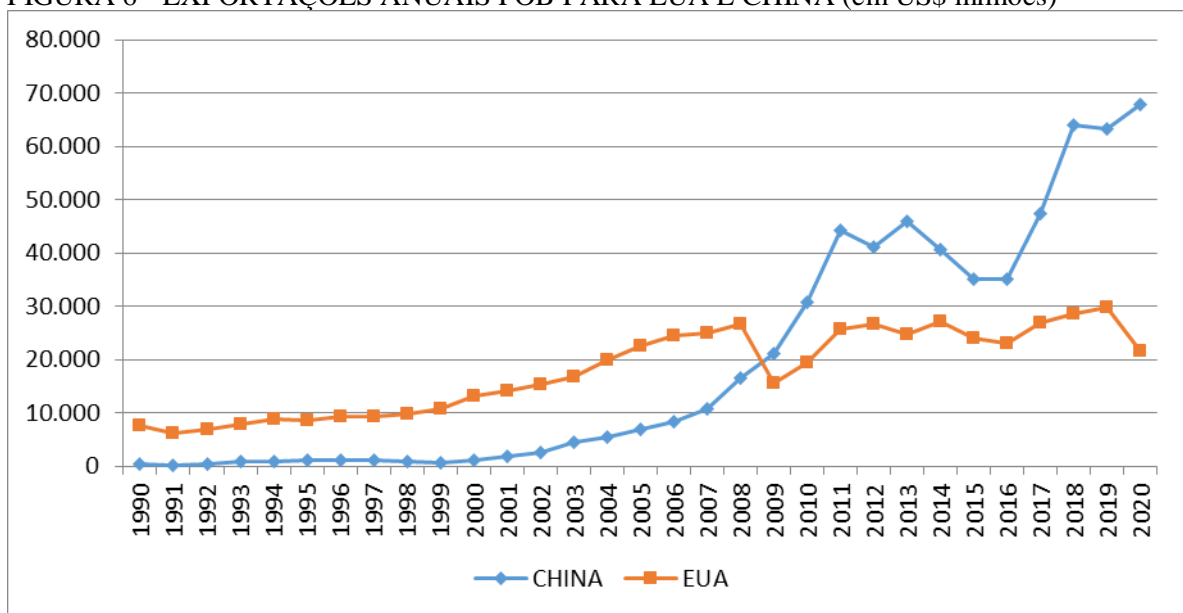
Partindo do ano de 1990, primeiro ano do governo Collor, momento marcante da abertura comercial do Brasil, verifica-se que nosso volume de exportações para a China era quase insignificante diante do destinado aos EUA. Naquele ano as exportações para o país asiático somaram apenas US\$ 382 milhões, enquanto que para os EUA montaram US\$ 7 bilhões e 594 milhões, ou seja, quase 20 vezes mais.

Em contraste no ano de 2009, o ano da ultrapassagem, as exportações para a China alcançaram US\$ 20 bilhões e 995 milhões, enquanto que para os EUA montaram somente US\$ 15 bilhões e 599 milhões.

O contraste é ainda maior quando observamos os dados mais recentes. Em 2020 as exportações para a China chegaram a US\$ 67 bilhões e 788 milhões, enquanto que para os EUA apenas US\$ 21 bilhões e 471 milhões. Ou seja, o montante exportado para a China representa mais de 3 vezes o destinado aos EUA.

O gráfico abaixo ilustra a evolução acima referida e indica que a lacuna entre os volumes exportados a esses países continua em franca acentuação.

FIGURA 6 - EXPORTAÇÕES ANUAIS FOB PARA EUA E CHINA (em US\$ milhões)

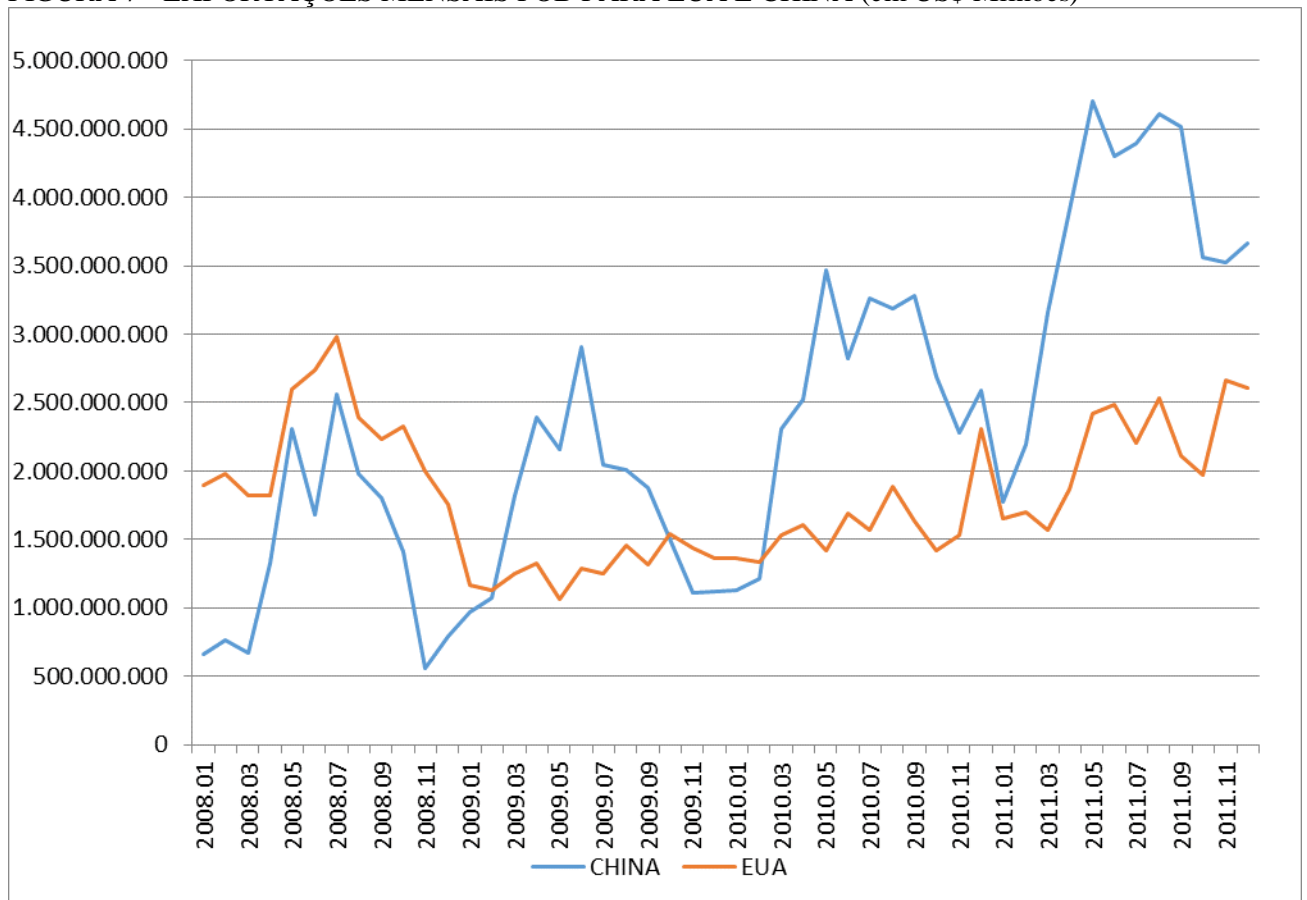


Fonte dos dados brutos: Ipeadata (2021). Elaboração própria.

Cabe a seguir analisar mais detalhadamente o momento em que se deu a ultrapassagem dos EUA pela China no montante das nossas exportações. Para tanto, faremos uma análise mais desagregada, isto é, análise mensal em vez de anual.

O gráfico das exportações mensais indica que ambos os países reduziram fortemente suas exportações a partir de julho de 2008. Nota-se que as exportações para os EUA continuaram caindo drasticamente até fevereiro de 2009, enquanto que as exportações para a China caíram até novembro de 2008. A partir de então ocorre uma forte retomada das exportações para a China, enquanto que para os EUA, além de caírem seguidamente até fevereiro de 2009, permaneceram estagnadas nos meses seguintes.

FIGURA 7 - EXPORTAÇÕES MENSAIS FOB PARA EUA E CHINA (em US\$ Milhões)



Fonte dos dados brutos: Ipeadata. Elaboração própria.

Verifica-se, portanto, que as exportações mensais para a China superam as realizadas para os EUA, pela primeira vez, no mês de março de 2009 e que este comportamento se repetiu mensalmente até setembro de 2009. Constatamos também que nos meses de outubro de 2009 a fevereiro de 2010 os EUA retomam sua posição. No entanto, a partir de março de 2010, a China se consolida em definitivo até a atualidade como nosso principal parceiro comercial.

Por meio da tabela que consta no ANEXO 1, a qual apresenta os valores mensais das exportações brasileiras para estes dois países, podemos constatar que desde 1990, quando se inicia a série, até março de 2009 nunca as exportações mensais para a China haviam superado as destinadas aos EUA, frise-se, em nenhum mês sequer. Ainda, com base na tabela do Anexo 1, verifica-se que de março de 2010 a outubro de 2021 as exportações mensais para a China superam às para os EUA, com exceção de raríssimos meses e por valores pouco representativos.

Com base na análise acima apresentada, a tradicional liderança dos EUA em nosso *ranking* de exportações sofre uma mudança de comportamento e, em seguida, é superada pela China. Diante deste evento, cabe apresentar a seguir uma reflexão sucinta a respeito das principais causas que são apontadas como explicação dessa mudança se dar justamente nesse momento.

Vimos que as exportações para os EUA apresentaram quedas sucessivas nos meses seguintes a julho de 2008, seguidas de uma semi-estagnação e uma lenta recuperação. Ocorre que esse comportamento coincide com a crise econômica que eclodiu em 2008 naquele país, a qual ficou popularmente conhecida como a crise do *subprime*. Vejamos o que nos diz Turri a respeito desta crise:

Mesmo com uma intensidade inferior que a crise de 1929, a crise financeira de 2008 impactou diretamente o comércio internacional mundial e as economias domésticas, tanto dos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos e Europa, quanto dos países em desenvolvimento (TURRI, 2015, p.39).

Ou seja, o autor acima faz referência ao impacto da crise financeira de 2008 no comércio internacional, em especial no que tange aos EUA. Mas não apenas isso. A citação abaixo, apresenta mais luzes sobre o período:

Além de a crise afetar diretamente as economias de Brasil e China, esse cenário causou mudanças na dinâmica do comércio internacional que alteraram as relações entre os países desenvolvidos e os países emergentes. No período anterior à crise, o comércio internacional vinha apresentando um alto crescimento, onde EUA e a Europa aumentavam seus déficits e fomentavam as exportações e crescimento econômico das outras nações. Com os desequilíbrios causados nesse período, os países desenvolvidos tiveram que equilibrar suas contas, diminuindo o crescimento do comércio internacional e seus déficits da balança comercial. Esse movimento cessou o impulso dado aos países em desenvolvimento reduzindo suas exportações (TURRI, 2015. p.40).

Vemos, portanto, que a crise muda a dinâmica do comércio internacional. Os países desenvolvidos precisaram buscar o equilíbrio em suas balanças comerciais, reduzindo importações. Logo, afetando diretamente nossas exportações. Assim, prossegue Turri:

[...] conclui-se que os impactos mais tênues da crise de liquidez e patrimonial, iniciada nos EUA, sobre as economias de Brasil e China e a boa recuperação econômica desses dois países no período pós-crise foram fundamentais para que o crescimento da interação comercial entre eles continuasse sua trajetória apresentada desde o início dos anos 2000 até 2014. Apesar dessa trajetória positiva, no ano de 2009, como resultado da diminuição da atividade econômica devido à crise de 2008, o Brasil apresentou uma diminuição das importações de 20,6% em

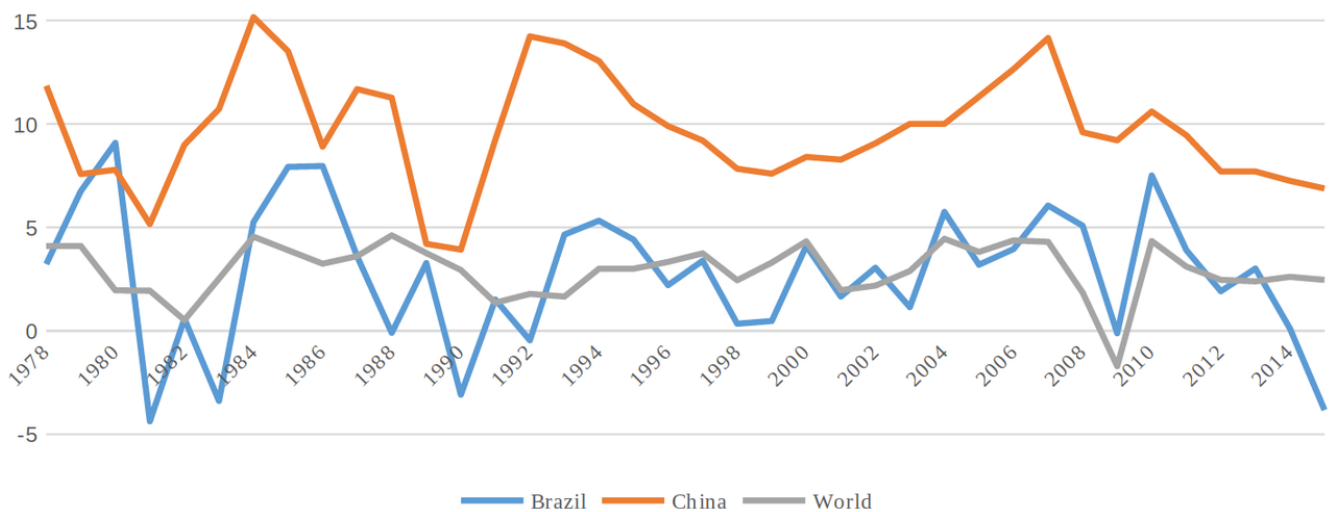
comparação ao ano anterior, mantendo o intercâmbio comercial estável (TURRI, 2015, p.40-41).

Destacamos da citação acima o fato de que a crise teve efeitos menos severos sobre Brasil e China, do que sobre os EUA e demais países desenvolvidos e, também, que as economias de Brasil e China tiveram uma boa recuperação.

As citações acima explicam as razões para a mudança no comportamento de nossas exportações para os EUA em 2008 e anos imediatamente seguintes. No entanto, cabe ainda compreender os principais motivos que fizeram com que os EUA não recuperassem sua posição no nosso *ranking* de exportações, uma vez passados os efeitos mais severos da crise. Ademais, além de não ocorrer essa recuperação, observamos que cada vez aumenta mais a distância entre China e EUA neste aspecto.

A este respeito, o gráfico abaixo nos fornece importantes indicações para o problema acima referido:

FIGURA 8 - Taxas de crescimento anual do PIB (1978-2015) (%).



Fonte: Pella (2019).

A simples observação do gráfico permite compreender a diferença no dinamismo da economia Chinesa em relação à economia mundial. Constatase que a estratégia cuidadosamente planejada e implementada pela China a partir de 1978 permitiu que aquele país alcançasse e mantivesse altas taxas de crescimento de sua economia, retratando o acerto desta estratégia, discutida no Capítulo 2.

3.2 – COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE BRASIL E CHINA

Pretendemos nesta seção verificar o tipo de relação comercial estabelecido entre os dois países em questão. Consideramos que não basta focarmos apenas nos valores totais das exportações e importações e sim, buscarmos uma análise qualitativa do nosso comércio com a China, verificando a composição das mesmas.

A tabela abaixo nos permite uma visão geral dos principais produtos exportados para a China, em dois momentos distintos, a saber, 2008 e 2018. Destacam-se algumas características importantes:

- a soja triturada, que ocupava a terceira posição, passou a ser o principal produto da pauta de exportação no período recente;
- redução significativa da importância relativa dos produtos manufaturados, uma vez que aviões e automóveis deixaram de constar entre os 10 tipos de produtos mais relevantes em nossas exportações;
- Novos produtos passaram a ocupar posições de destaque, como celuloso, carne bovina, açúcar e plataformas de perfuração de petróleo.

Nota-se, portanto, uma redução da participação de produtos manufaturados nas exportações para aquele país, indicando redução dos produtos de maior valor agregado.

TABELA 2 - Comparação dos principais produtos exportados para a China em 2008 e 2018

2008	2018
Minérios de ferro e seus concentrados	Soja mesmo triturada
Óleos brutos de petróleo	Óleos brutos de petróleo
Soja mesmo triturada	Minérios de ferro e seus concentrados
Carne de frango congelada ou fresca	Celulose
Aviões	Farelo e resíduos da extração de óleo de soja
Automóveis de passageiros	Carne de frango congelada ou fresca
Consumo de bordo - óleos e combustíveis	Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada
Café cru em grão	Açúcar de cana, em bruto
Produtos semimanufaturados de ferro ou aços	Demais produtos manufaturados

FONTE: ANDRADE (2018, p.8).

Quando examinamos o conteúdo das importações oriundas da China, bem como as mudanças ocorridas de 2008 para 2018, nos deparamos com um cenário inverso ao ocorrido com nossas exportações, pois os poucos produtos básicos que tinham relevância nas nossas importações da China praticamente desaparecem dentre os 10 produtos mais relevantes. A tabela abaixo nos mostra esta relação assimétrica entre ambos países, pois nossa pauta de importações está cada vez mais concentrada em produtos de alto valor agregado.

Tabela 3 - Comparação dos principais produtos importados da China em 2008 e 2018

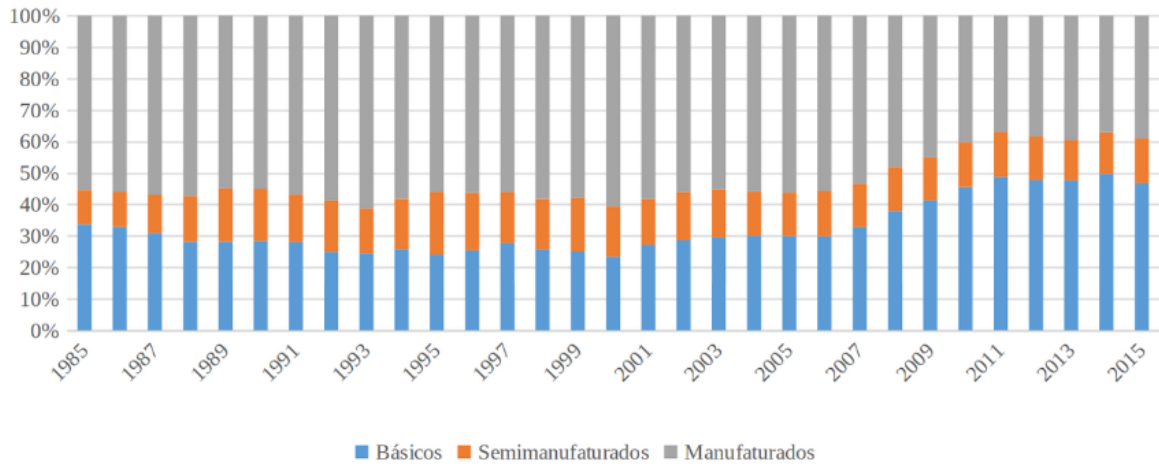
2008	2018
Óleos brutos de petróleo	Demais produtos manufaturados
Demais produtos manufaturados	Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc.
Automóveis de passageiros	Medicamentos para medicina humana e veterinária
Óleos combustíveis (óleo diesel,fuel-oil,etc.)	Óleos combustíveis (óleo diesel,fuel-oil,etc.)
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	Partes e peças para veículos automóveis e tratores
Medicamentos para medicina humana e veterinária	Óleos brutos de petróleo
Cloreto de potássio	Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	Automóveis de passageiros
Gás natural	Naftas
Hulhas,mesmo em pó, mas não aglomeradas	Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas

FONTE: ANDRADE (2018, p.9).

As observações acima referidas são corroboradas pelo gráfico abaixo, o qual representa o percentual de nossas exportações por fator tipo de agregado, no período 1985 a 2015.

Nota-se, em linhas gerais, que de 1985 a 2015 ocorreu uma quase inversão na participação relativa dos produtos manufaturados e básicos. Percebe-se também que os produtos semimanufaturados praticamente mantêm sua participação no período, embora esta seja bastante baixa. Portanto, constata-se um predomínio dos produtos básico na nossa pauta de exportações para a China.

FIGURA 9 - Exportações brasileiras por fator agregado de 1985 a 2015 (%).



FONTE: Pella (2019).

O gráfico a seguir busca avaliar a importância deste tipo de exportação para a China, em relação ao conjunto das nossas exportações de produtos básico aos demais parceiros comerciais.

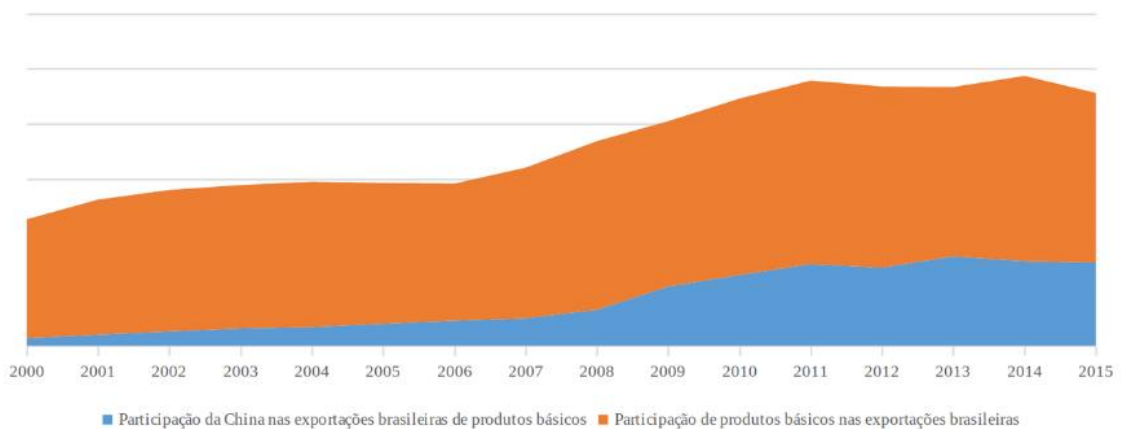


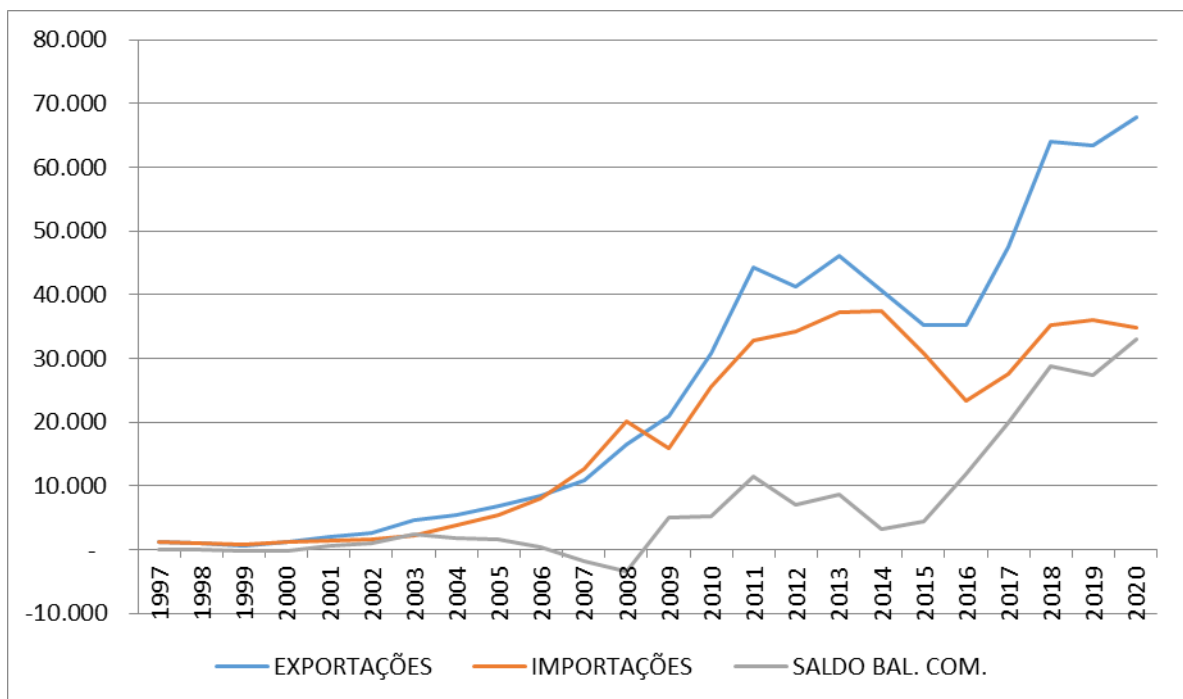
FIGURA 10 - Evolução dos produtos básicos nas exportações brasileiras totais e para a China (%).
FONTE: Pella (2019).

Assim, o gráfico anterior mostra que a China é, cada vez mais, o grande comprador de produtos básicos do Brasil, sendo responsável por aproximadamente um terço das nossas exportações de produtos básicos. Consta-se que a própria magnitude da participação da China nas nossas exportações de produtos básicos constitui-se num fator de risco para os setores da economia brasileira envolvidos. Ademais indicam uma crescente dependência do Brasil em relação à China.

3.3 – EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL ENTRE BRASIL E CHINA

O gráfico abaixo retrata a evolução do saldo da balança comercial brasileira com a China. Observa-se que de 1997 a 2006 nossa balança comercial com aquele país esteve relativamente equilibrada, enquanto que no biênio 2007 e 2008 esteve ligeiramente deficitária. Todavia, a partir de 2009 passamos a obter, sucessivamente, significativos superávits comerciais com aquele país.

FIGURA 11 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL COM A CHINA



Fonte dos dados brutos: MDIC (2021). Elaboração própria.

O fato que mais chama a atenção no gráfico acima é o vigoroso crescimento do nosso superávit comercial com a China a partir de 2015 e, principalmente, o fato de que o superávit obtido em 2020 praticamente se iguala ao total das nossas importações, uma vez que nossas exportações representam praticamente o dobro das nossas importações.

4 RESULTADOS

O estudo realizado nos permitiu compreender a evolução das relações comerciais entre Brasil e China, bem como a importância desse país asiático para o comércio exterior brasileiro.

Por meio da revisão bibliográfica realizada no Capítulo 2, pudemos verificar que a relação comercial entre o Brasil e a China é resultado de um processo e foi construído ao longo do tempo, principalmente a partir de meados do século XX. Antes mesmo de 1978, o ano que marca a abertura da China para o mundo, o Brasil, mesmo que timidamente, já ensaiava estreitar os laços comerciais com este país comunista. No entanto, foi a partir da década de 1990 que verificamos um grande empenho e interesse de aumentar cada vez mais essa relação, visto as constantes visitas de presidentes, ministros e empresários brasileiros ao território chinês e, também, de representantes do governo chinês ao Brasil.

Este interesse recíproco decorreu de dois movimentos. Do lado da China, o fim do isolacionismo e a adoção de uma nova estratégia de desenvolvimento. Do lado do Brasil a abertura comercial, a qual teve seus primeiros passos em 1988, ainda no Governo Sarney. Porém, se tornou mais efetiva e abrangente a partir do início do Governo Collor, em 1990.

O processo de abertura comercial no Brasil pode ser resumido, em linhas gerais, pela eliminação quase que total das barreiras não tarifárias e redução gradual das tarifas de importação.

A abertura comercial teve forte impacto nas importações brasileiras, resultando num significativo aumento das nossas importações, o qual se inicia em 1990 e, em 1994 já representavam mais do que o dobro das importações realizadas em 1990. Por sua vez, em 2008 o total das importações representa o dobro das realizadas em 1994. Este desempenho contrasta com a estagnação das importações que prevaleceu durante os anos 1980.

No que se refere às exportações brasileiras, podemos constatar que a liberalização comercial gerou reciprocidade, permitindo um significativo crescimento no volume exportado. Desta forma, podemos afirmar que a abertura comercial brasileira, iniciada a partir de 1988 e aprofundada na primeira metade dos anos 1990, teve como impacto um forte incremento no comércio exterior, aumentando significativamente, tanto nossas importações como nossas exportações.

Ao pesquisarmos a evolução das nossas relações comerciais com a China no período pós abertura comercial nos deparamos com um forte crescimento no fluxo comercial. Verificamos que em 1999 a China ocupava a 14^a posição no *ranking* das nossas exportações e, surpreendentemente, passou a ocupar a primeira posição em 2009, mantendo essa posição até hoje.

Por outro lado, o Brasil que no ano 2000 ocupava apenas a 21^a posição na balança comercial chinesa também aumentou sua participação, pois em 2014 já ocupava a 9^a posição. Trata-se, portanto de uma grande transformação nas relações comerciais, refletindo um fortalecimento nesta parceria comercial.

Quanto ao momento em que a China assumiu o primeiro posto no *ranking* das nossas exportações, superando os EUA que tradicionalmente ocupava este posto, vimos que ocorreu ao longo dos anos de 2009 e 2010. A identificação da ultrapassagem dos EUA pela China exigiu que analisássemos os dados das exportações em valores mensais. Desta forma constatamos que este foi um processo que se deu com idas e vindas. Os dados indicaram que ambos os países reduziram fortemente suas exportações a partir de julho de 2008, sendo que as exportações para os EUA continuaram caindo drasticamente até fevereiro de 2009, enquanto que as exportações para a China caíram até novembro de 2008. A partir de então ocorreu uma forte retomada das exportações para a China, enquanto que para os EUA, além de caírem seguidamente até fevereiro de 2009, permaneceram estagnadas nos meses seguintes.

Portanto, as exportações mensais para a China superaram as realizadas para os EUA, pela primeira vez, no mês de março de 2009 e este comportamento se repetiu mensalmente até setembro de 2009. Porém, nos meses de outubro de 2009 a fevereiro de 2010 os EUA retomam sua posição. Todavia, em março de 2010 a China volta a assumir a liderança e, daí em diante, se consolida em definitivo até a atualidade como nosso principal parceiro comercial.

Chama a atenção a rapidez com que se deu esta importante mudança de parceiro principal do Brasil. Alguns dados ilustram claramente este aspecto. No ano de 1990 as exportações para a China somaram apenas US\$ 382 milhões, enquanto que para os EUA montaram US\$ 7 bilhões e 594 milhões, ou seja, quase 20 vezes mais.

Em 2009, ou seja, dezenove anos depois, ocorreu a ultrapassagem dos EUA pela China. Ademais, os dados mais recentes indicam uma completa inversão de papéis. Em 2020,

apenas onze anos depois, as exportações para a China chegaram a US\$ 67 bilhões e 788 milhões, enquanto que para os EUA apenas US\$ 21 bilhões e 471 milhões. Assim, o montante exportado para a China representa mais de 3 vezes o destinado aos EUA. Verifica-se, portanto, que a lacuna entre os volumes exportados a esses países continua em franca ampliação.

A pesquisa permitiu compreender as principais razões para a superação dos EUA pela China no *ranking* das nossas exportações ter ocorrido no ano de 2009. Vimos que as exportações para os EUA apresentaram quedas sucessivas nos meses seguintes a julho de 2008, seguidas de uma semi-estagnação e uma lenta recuperação. Ocorre que este comportamento coincide com a crise econômica que eclodiu em 2008 naquele país, a qual ficou popularmente conhecida como a crise do *subprime*. Assim, a crise financeira afetou fortemente o comércio internacional pois, além de reduzir o ritmo da atividade econômica, os EUA se viram na necessidade de buscar reduzir seu déficit comercial, afetando diretamente nossas exportações.

No entanto, vimos que a crise teve efeitos menos severos sobre Brasil e China, do que sobre os EUA e demais países desenvolvidos e, também, que as economias de Brasil e China tiveram uma boa recuperação.

Vimos também que os EUA não recuperaram sua posição no nosso *ranking* de exportações, uma vez passados os efeitos mais severos da crise e, cada vez aumenta mais a distância entre China e EUA. Destacamos dois fatores explicativos para tal comportamento. Em primeiro lugar a diferença no dinamismo da economia chinesa em relação à economia mundial. Em segundo lugar, devido ao crescimento da demanda por alimentos decorrente da melhora do poder de compra da população do país mais populoso do planeta. Assim, constatase que a estratégia cuidadosamente planejada e implementada pela China a partir de 1978 permitiu que aquele país alcançasse e mantivesse altas taxas de crescimento de sua economia, retratando o acerto da estratégia adotada.

Ao examinarmos o conteúdo das nossas exportações para a China nota-se que estas estão compostas majoritariamente por produtos básicos e que, com o passar dos anos está ocorrendo um agravamento deste problema, pois verifica-se uma redução da participação de produtos manufaturados nas exportações para aquele país, indicando redução dos produtos de maior valor agregado.

Quando examinamos o conteúdo das importações oriundas da China, bem como as mudanças ocorridas de 2008 para 2018, nos deparamos com um cenário inverso ao ocorrido com nossas exportações. Reduzimos drasticamente a importação de produtos básicos da China e aumentamos a participação de produtos manufaturados. Verifica-se a ocorrência de uma relação assimétrica entre ambos países, pois nossa pauta de importações está cada vez mais concentrada em produtos de alto valor agregado.

Verificamos também que a China é o grande comprador de produtos básicos do Brasil, sendo responsável por absorver aproximadamente um terço das nossas exportações deste tipo de produtos. Desta forma, a própria magnitude da participação da China nas nossas exportações de produtos básicos constitui-se num fator de risco para os setores da economia brasileira envolvidos e indica uma crescente dependência do Brasil em relação à China.

Ao analisarmos a nossa balança comercial do Brasil com a China vemos que de 1997 a 2006 esta se manteve relativamente equilibrada, enquanto que no biênio 2007 e 2008 esteve ligeiramente deficitária. No entanto, a partir de 2009, apresenta grande transformação, pois passamos a obter, sucessivamente, significativos superávits comerciais com aquele país, sendo que o superávit obtido em 2020 praticamente se iguala ao total das nossas importações, uma vez que nossas exportações representam praticamente o dobro das nossas importações para a China.

Quando comparamos o saldo da nossa balança comercial com a China com o saldo da balança comercial total do país, chegamos a uma constatação surpreendente. Ocorre que o superávit total da balança comercial do Brasil em 2020 somou US\$ 50.393 milhões de dólares, enquanto que o superávit da balança comercial obtido exclusivamente junto à China montou US\$ 33.010 milhões. Isto significa que a China foi responsável por 65,5% do superávit comercial do Brasil no ano de 2020. Neste aspecto, consideramos que a concentração do superávit comercial em um único país representa um importante fator de risco e um claro indicador da dependência do Brasil em relação à China.

5 CONCLUSÃO

O nível da relação bilateral entre Brasil e China atingida nos dias de hoje, é resultado de muito investimento pessoal e inúmeros acordos firmados entre estes dois países, principalmente no século XX. Mesmo o fato de o país ter adotado, em 1949, um regime político socialista não foi impedimento para que durante o período da ditadura cívico militar brasileira, presidentes buscassem uma aproximação diplomática e comercial com a China, por acreditarem no vantajoso potencial desta relação. No entanto, foi a partir da adoção de medidas de modernização e de internacionalização da economia chinesa e da abertura comercial do Brasil que essa relação começou a tomar um caráter constante e crescente, até ser hoje o principal parceiro comercial do Brasil.

Com base na revisão bibliográfica e na análise dos dados apresentados ao longo do trabalho, quer seja por meio de tabelas ou gráficos, foi possível apreender a evolução das relações comerciais entre Brasil e China.

Uma vez que relações comerciais pressupõem relações político-diplomáticas e que ao longo das histórias estas apresentaram algumas discontinuidades, pois durante o século XX verificou-se a ocorrência de distanciamentos e aproximações.

Vimos que na década de 1960, durante o curto governo Jânio Quadros, ocorreu uma importante aproximação entre ambos países, coroada pela visita do então vice-presidente do Brasil, João Goulart. Posteriormente, com o golpe cívico-militar de 1964 ocorre novo distanciamento. A reaproximação se daria mais adiante durante o governo Geisel e desde então os dois países mantêm relações diplomáticas.

Todavia, as relações comerciais entre ambos apresentaram pouca relevância ao longo da maior parte do século XX. Esta situação mudou de fato na década de 1990, impulsionada pela abertura comercial no Brasil e pelo fim da política de isolacionismo da China, adotada a partir de 1978.

Nossas relações comerciais com a China no período pós abertura comercial apresentam um forte crescimento no fluxo comercial. Verificamos que no final da década de 1990 a China ocupava a 14ª posição no *ranking* das nossas exportações e, em apenas uma década, em 2009, passou a ocupar a primeira posição, mantendo-se assim desde então até hoje.

Por seu turno, o Brasil que no ano 2000 ocupava apenas a 21ª posição na balança comercial chinesa também aumentou sua participação, pois em 2014 já ocupava a 9ª posição. Trata-se, portanto de um grande incremento nas relações comerciais, refletindo uma consolidação desta parceria comercial.

A China assumiu o primeiro posto no *ranking* das nossas exportações, superando a posição tradicionalmente ocupada pelos EUA, ao longo dos anos de 2009 e 2010. A superação dos EUA pela China foi um processo que se deu com idas e vindas. Isto pode ser constatado pela análise dos dados das exportações mensais, os quais mostraram que ambos os países reduziram fortemente suas exportações a partir de julho de 2008, sendo que as exportações para os EUA continuaram caindo drasticamente até fevereiro de 2009, enquanto que as exportações para a China caíram até novembro de 2008. A partir de então ocorreu uma forte retomada das exportações para a China, enquanto que para os EUA, além de caírem seguidamente até fevereiro de 2009, permaneceram estagnadas nos meses seguintes.

Verificamos que as exportações mensais para a China superaram as realizadas para os EUA, pela primeira vez, no mês de março de 2009 e este comportamento se repetiu mensalmente até setembro de 2009. Porém, os EUA retomam sua posição nos meses de outubro de 2009 a fevereiro de 2010. Todavia, em março de 2010 a China volta a assumir a liderança e, daí em diante, se consolida em definitivo até a atualidade como nosso principal parceiro comercial.

O momento em que se dá esta ultrapassagem dos EUA pela China está intimamente relacionado com a crise de 2008 que eclodiu nos EUA, ficando conhecida como a crise do *subprime*. Esta crise afetou o dinamismo da economia daquele país, que por sua vez teve que buscar reduzir seu déficit comercial, reduzindo suas importações, logo, afetando nossas exportações para aquele país. As economias do Brasil e da China se recuperaram rapidamente dos efeitos da crise. Ademais, a economia chinesa continuou mantendo as maiores taxas de crescimento dentre todos os países.

Em nossa pauta de exportações para a China há uma predominância de produtos básicos e percebe-se o agravamento deste problema, pois se verifica uma redução da participação de produtos manufaturados nas exportações para aquele país, indicando redução dos produtos de maior valor agregado.

Nossas importações oriundas da China demonstram um cenário inverso ao ocorrido com nossas exportações: ao longo do tempo estamos reduzindo drasticamente a importação de

produtos básicos da China e aumentando a participação de produtos manufaturados. Verifica-se a ocorrência de uma relação assimétrica entre ambos países, pois nossa pauta de importações está cada vez mais concentrada em produtos de alto valor agregado.

A China é responsável por absorver aproximadamente um terço das nossas exportações de produtos básicos. Este fato, em si, constitui-se num fator de risco para os setores da economia brasileira envolvidos e indica uma crescente dependência do Brasil em relação à China.

A balança comercial do Brasil com a China no período em análise se manteve relativamente equilibrada ou esteve ligeiramente deficitária até 2008. No entanto, a partir de 2009, passamos a obter, sucessivamente, significativos superávits comerciais com aquele país, sendo que o superávit obtido em 2020 praticamente se iguala ao total das nossas importações. Este desempenho, no entanto, apresenta determinadas implicações potencialmente negativas para o país. Ocorre que a China foi responsável por 65,5% do superávit comercial do Brasil no ano de 2020. Neste aspecto, consideramos que a concentração do superávit comercial em um único país representa um importante fator de risco e um claro indicador da dependência do Brasil em relação à China.

Concluimos que as relações comerciais com a China a partir dos anos 1990 passaram por importantes transformações e forte aceleração, ao ponto que desde 2009 a China tornou-se nosso principal parceiro comercial. No entanto, o tipo de relação resultante caracteriza uma dependência do Brasil em relação à China, quer seja pelo fato de aquele país ser responsável pela absorção de aproximadamente um terço das nossas exportações de produtos básicos; por exportarmos majoritariamente produtos de baixo valor agregado; por importarmos da China quase que exclusivamente produtos de alto valor agregado; por a China ser o principal responsável pelo superávit comercial brasileiro, tendo respondido por 65,5% do superávit comercial do Brasil no ano de 2020. Portanto, consideramos que a concentração do superávit comercial em um único país representa um importante fator de risco para a estabilidade do nosso país no longo prazo e um claro indicador da dependência do Brasil em relação à China.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. A.G. **Brasil-China: uma parceria em três dimensões** Grupo de Estudos Brasil-China, Centro de Estudos Avançados. Disponível em:

<http://www.gr.unicamp.br/ceav/content/pdf/pdf_texto_seminario_china_jaguilhon.pdf>.

Acesso em: 02 nov. 2021.

ALMEIDA, J. **As relações China-Brasil em leitura comparada nos governos de Lula-Dilma, Temer e Bolsonaro**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019, Caxambu.

Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st30-4/11812-as-relacoes-china-brasil-em-leitura-comparada-nos-governos-de-lula-dilma-temer-e-bolsonaro/file>>. Acesso em: 25 out. 2021.

ANDRADE, M.L.F. **Análise do Comércio bilateral Brasil China [manuscrito]: um estudo do índice de vantagem comparativa revelada simétrica no período de 2000 a 2018. 2019.**

Monografia (Graduação) Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais.

ANPUH-PE **Associação Nacional de História. I Plano Quinquenal e a Ascensão da Indústria na China**. Disponível em:

<http://www.pr.anpuh.org/resources/download/1461882313_ARQUIVO_01.BARBOSA,MatheusRicardo.pdf>. Acesso em: 10 nov. de 2021.

ANTUNES, C. **A reforma que fez a China abraçar o mundo**. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj3007200602.htm>>. Acesso em 15 nov. 2021.

AVERBUG, A. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, E.; MESQUITA, M. (Orgs.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

BBC NEWS BRASIL. **Após anunciar isenção de vistos para chineses, governo agora diz que caso está 'em estudo'**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51252752>>. Acesso em: 23 out. 2021.

BONOMO, M. **Precisamos falar sobre a abertura comercial do Brasil.** Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/conhecimento/conjuntura-economica/abertura-comercial-brasil-produtividade/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. **Lei institui Dia Nacional da Imigração Chinesa.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materiais/2018/06/27/lei-institui-dia-nacional-da-imigracao-chinesa>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. **Sigla – COSBAN.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/siglas/siglar2/c/COSBAN.html>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

CONCIENCIA. **A China na economia-mundo capitalista de 1840 aos dias atuais: da incorporação forçada à integração total, voluntária e irreversível.**

Disponível em: <<https://www.comciencia.br/a-china-na-economia-mundo-capitalista-de-1840-aos-dias-atuais-da-incorporacao-forcada-a-integracao-total-voluntaria-e-irreversivel/>>. Acesso em: 27 out. de 2021.

DIÁLOGOS, DHI/UEM. **Do Grande Salto para frente à grande fome: China de 1958-1962.** Disponível em:

<<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38027>>. Acesso em: 23 out. 2021.

EL PAIS. **Bolsonaro sela sua reconciliação com a China com propostas de investimento.**

Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/25/internacional/1572013550_723764.html>. Acesso em: 13 nov. 2021.

IBRACHINA – Instituto Sociocultural Brasil China. **A construção da comunidade chinesa no Brasil.** Disponível em: <<https://ibrachina.com.br/cultura/a-construcao-da-comunidade-chinesa-no-brasil/>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

IHU.UNISINOS. **Quarenta anos das reformas de Deng Xiaoping e o renascimento da China como potência.** Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585404-quarenta-anos-das-reformas-de-deng-xiaoping-e-o-renascimento-da-china-como-potencia>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

IPEADATA. 2021. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso em: 24 out. 2021.

ISTO É. **Hamilton Mourão vai à China em busca de mercados e investimentos.** Disponível em: <<https://istoe.com.br/hamilton-mourao-vai-a-china-em-busca-de-mercados-e-investimentos/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

LUI, A. K. L. **A trajetória desenvolvimentista chinesa e os aspectos do comércio entre Brasil e China.** Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123740>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

MDIC. 2021. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MUNDOEDUCAÇÃO. **Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) da China.** Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/zonas-economicas-especiais-zees-china.htm>>. Acesso em: 30 out. 2021.

NABUCO, P. **O grande salto adiante e a questão da transição chinesa.** Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/o-grande-salto-adiante-e-a-questao-da-transicao-chinesa.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

NOTÍCIAS.UOL. **Deputados do PSL e DEM em viagem à China vão processar Olavo de Carvalho.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/18/membros-da-bancada-do-psl-que-foram-a-china-vaio-processar-olavo-de-carvalho.htm>>. Acesso em: 07 de nov. 2021.

OESTRANGEIRO.ORG. RJ recebeu os primeiros imigrantes chineses. Disponível em: <<https://oestrangeiro.org/2012/04/12/chineses-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

OLIVEIRA, H.A. Brasil-China: 30 anos de uma parceria estratégica. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/6Lv7CZfX9pcRdrHXffvH93H/?lang=pt>>. Acesso em: 30 out. 2021.

OLIVEIRA, H. A. **A China na Organização Mundial do Comércio. Carta Internacional. Ano IX, nº 105. 2001.** Disponível em: <http://www.pucsp.br/geap/China_OMC.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PELLA, A. F. C. **Relações comerciais entre Brasil e China a partir dos anos 2000: uma análise do conteúdo tecnológico.** RES, v.21, n.42, Vitória - ES. 2019. Disponível em : <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/7389/html>>. Acesso em: 28 out. 2021.

PIRES, M.C. **A reconstrução da hegemonia da China na Ásia. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho de 2011.** Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais>>. Acesso em: 26 out. 2021.

PODER 360. **República Popular da China critica Bolsonaro por sua visita a Taiwan.** Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/republica-popular-da-china-critica-bolsonaro-por-sua-visita-a-taiwan/>>. Acesso em: 7 nov. 2021.

POLITIZE. Saiba tudo sobre a Embaixada da China no Brasil! Disponível em: <<https://www.politize.com.br/embaixada-da-china-no-brasil/>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SUL 21. **Jango pediu que sua viagem à China fosse autorizada por escrito.** Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias-em-geral/2011/05/jango-pediu-que-sua-viagem-a-china-fosse-autorizada-por-escrito/>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

TURRI, R. F. Impactos da crise financeira de 2008 nas relações de comércio internacional entre Brasil e China.2015. (Monografia) Graduação em Ciências Econômicas) -Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

VILLELA, E.V.M. As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês. Disponível em: < <https://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

ANEXO 1
EXPORTAÇÕES MENSUAIS FOB PARA CHINA E EUA (em US\$)

ANO/MÊS	CHINA (2)	EUA (1)	DIFERENÇA (1) - (2)
1990.01	54.591.119	584.877.463	530.286.344
1990.02	7.565.278	538.143.896	530.578.618
1990.03	34.139.028	580.386.455	546.247.427
1990.04	15.976.877	583.337.088	567.360.211
1990.05	47.894.051	752.501.448	704.607.397
1990.06	36.553.985	569.687.597	533.133.612
1990.07	62.004.155	777.439.396	715.435.241
1990.08	35.670.537	687.844.391	652.173.854
1990.09	28.486.843	625.320.688	596.833.845
1990.10	22.973.550	601.763.146	578.789.596
1990.11	25.411.231	607.960.849	582.549.618
1990.12	10.537.191	685.000.610	674.463.419
1991.01	22.220.033	575.119.426	552.899.393
1991.02	15.861.997	383.246.315	367.384.318
1991.03	12.952.891	570.631.141	557.678.250
1991.04	21.497.352	640.238.982	618.741.630
1991.05	30.668.224	524.298.893	493.630.669
1991.06	26.511.445	557.458.219	530.946.774
1991.07	17.318.192	492.930.549	475.612.357
1991.08	24.842.643	529.323.061	504.480.418
1991.09	19.256.845	423.107.643	403.850.798
1991.10	9.188.677	589.565.776	580.377.099
1991.11	16.802.320	448.513.890	431.711.570
1991.12	9.285.202	530.002.817	520.717.615
1992.01	35.295.494	553.264.759	517.969.265
1992.02	15.757.984	542.225.052	526.467.068
1992.03	24.573.970	631.576.108	607.002.138
1992.04	24.649.448	466.613.566	441.964.118
1992.05	23.516.566	548.773.344	525.256.778
1992.06	33.775.346	605.591.122	571.815.776
1992.07	16.645.703	624.960.771	608.315.068
1992.08	66.452.654	602.583.053	536.130.399
1992.09	68.347.691	506.669.913	438.322.222
1992.10	62.709.413	663.122.318	600.412.905
1992.11	39.417.366	626.374.973	586.957.607
1992.12	48.889.981	561.002.349	512.112.368
1993.01	58.131.961	526.171.466	468.039.505
1993.02	80.850.372	550.811.028	469.960.656
1993.03	158.669.208	655.613.375	496.944.167
1993.04	58.256.093	599.599.083	541.342.990
1993.05	75.924.507	595.369.131	519.444.624

1993.06	69.901.497	686.152.985	616.251.488
1993.07	65.607.008	692.697.510	627.090.502
1993.08	55.680.987	744.755.234	689.074.247
1993.09	42.046.283	720.081.337	678.035.054
1993.10	48.107.213	700.046.030	651.938.817
1993.11	41.817.590	652.119.759	610.302.169
1993.12	24.402.253	719.918.459	695.516.206
1994.01	26.720.735	631.087.409	604.366.674
1994.02	30.432.675	616.222.788	585.790.113
1994.03	41.131.785	730.537.136	689.405.351
1994.04	86.130.507	624.341.082	538.210.575
1994.05	106.978.279	795.706.759	688.728.480
1994.06	94.112.627	747.269.508	653.156.881
1994.07	86.802.104	736.155.191	649.353.087
1994.08	96.280.771	838.464.717	742.183.946
1994.09	60.832.900	857.289.677	796.456.777
1994.10	62.962.725	748.845.707	685.882.982
1994.11	58.519.065	745.700.167	687.181.102
1994.12	71.511.974	744.621.163	673.109.189
1995.01	54.660.926	662.420.865	607.759.939
1995.02	24.787.121	664.853.901	640.066.780
1995.03	47.481.852	816.456.601	768.974.749
1995.04	40.179.890	573.516.569	533.336.679
1995.05	120.133.644	758.879.093	638.745.449
1995.06	142.478.845	746.804.338	604.325.493
1995.07	133.177.129	711.460.957	578.283.828
1995.08	94.111.191	766.300.840	672.189.649
1995.09	95.847.596	655.031.671	559.184.075
1995.10	145.318.525	824.619.736	679.301.211
1995.11	190.322.723	721.930.016	531.607.293
1995.12	115.251.086	780.537.574	665.286.488
1996.01	33.948.448	696.632.717	662.684.269
1996.02	52.168.954	679.301.364	627.132.410
1996.03	49.524.966	707.015.574	657.490.608
1996.04	131.150.012	803.877.814	672.727.802
1996.05	136.066.949	863.956.974	727.890.025
1996.06	118.253.298	682.801.158	564.547.860
1996.07	176.773.532	790.974.305	614.200.773
1996.08	83.812.682	837.583.913	753.771.231
1996.09	105.904.553	793.100.388	687.195.835
1996.10	100.429.016	733.181.951	632.752.935
1996.11	88.411.154	771.476.173	683.065.019
1996.12	37.385.133	822.682.273	785.297.140
1997.01	52.695.254	769.892.128	717.196.874

1997.02	38.420.366	690.588.467	652.168.101
1997.03	57.074.072	734.900.216	677.826.144
1997.04	71.120.891	813.821.066	742.700.175
1997.05	158.869.074	792.937.943	634.068.869
1997.06	154.433.668	782.389.283	627.955.615
1997.07	171.323.904	914.853.120	743.529.216
1997.08	130.346.543	791.997.356	661.650.813
1997.09	96.360.133	730.444.249	634.084.116
1997.10	59.973.652	807.362.144	747.388.492
1997.11	41.563.440	674.004.873	632.441.433
1997.12	55.807.462	765.647.281	709.839.819
1998.01	34.807.091	763.859.889	729.052.798
1998.02	24.820.238	640.438.259	615.618.021
1998.03	49.924.686	815.945.399	766.020.713
1998.04	107.833.660	779.848.091	672.014.431
1998.05	192.487.265	870.460.877	677.973.612
1998.06	127.467.249	899.336.275	771.869.026
1998.07	82.364.943	982.281.694	899.916.751
1998.08	80.997.239	743.430.303	662.433.064
1998.09	79.737.139	836.485.488	756.748.349
1998.10	43.152.338	824.170.540	781.018.202
1998.11	33.008.938	732.350.836	699.341.898
1998.12	47.946.728	852.638.547	804.691.819
1999.01	29.209.903	633.053.147	603.843.244
1999.02	42.109.984	735.141.948	693.031.964
1999.03	51.127.192	813.846.981	762.719.789
1999.04	49.585.801	799.273.029	749.687.228
1999.05	68.054.529	961.193.863	893.139.334
1999.06	68.668.601	894.086.225	825.417.624
1999.07	66.723.588	985.472.652	918.749.064
1999.08	65.580.634	984.078.785	918.498.151
1999.09	55.048.947	1.057.308.272	1.002.259.325
1999.10	60.317.441	925.187.002	864.869.561
1999.11	70.144.400	838.320.364	768.175.964
1999.12	47.645.622	1.035.508.295	987.862.673
2000.01	46.066.262	857.000.322	810.934.060
2000.02	42.264.390	1.077.776.246	1.035.511.856
2000.03	55.674.575	1.034.861.897	979.187.322
2000.04	43.052.523	915.198.575	872.146.052
2000.05	72.671.141	1.163.195.503	1.090.524.362
2000.06	182.614.989	1.142.411.446	959.796.457
2000.07	168.561.441	1.195.809.203	1.027.247.762
2000.08	144.758.032	1.453.443.124	1.308.685.092
2000.09	48.535.542	1.162.907.269	1.114.371.727

2000.10	63.847.319	1.007.036.404	943.189.085
2000.11	93.706.332	926.440.273	832.733.941
2000.12	123.107.165	1.224.196.748	1.101.089.583
2001.01	130.326.154	1.205.539.532	1.075.213.378
2001.02	64.095.660	1.018.106.548	954.010.888
2001.03	84.787.038	1.339.648.555	1.254.861.517
2001.04	147.688.884	1.119.032.770	971.343.886
2001.05	239.828.388	1.193.768.345	953.939.957
2001.06	191.627.788	1.081.648.772	890.020.984
2001.07	209.934.102	1.200.254.797	990.320.695
2001.08	271.134.722	1.421.570.545	1.150.435.823
2001.09	205.504.011	1.050.818.835	845.314.824
2001.10	135.861.891	1.139.804.310	1.003.942.419
2001.11	137.805.851	1.160.301.660	1.022.495.809
2001.12	82.656.388	1.217.773.350	1.135.116.962
2002.01	96.281.413	1.253.802.080	1.157.520.667
2002.02	88.531.257	976.938.178	888.406.921
2002.03	109.546.112	1.151.705.656	1.042.159.544
2002.04	119.939.970	1.178.599.037	1.058.659.067
2002.05	123.064.208	1.172.332.985	1.049.268.777
2002.06	124.585.606	1.128.569.185	1.003.983.579
2002.07	339.217.377	1.513.669.826	1.174.452.449
2002.08	235.965.034	1.429.684.370	1.193.719.336
2002.09	555.559.062	1.356.456.396	800.897.334
2002.10	330.061.368	1.579.686.752	1.249.625.384
2002.11	221.563.166	1.259.548.006	1.037.984.840
2002.12	172.239.368	1.324.417.264	1.152.177.896
2003.01	196.055.654	1.160.125.082	964.069.428
2003.02	200.323.774	1.479.221.657	1.278.897.883
2003.03	334.134.429	1.365.462.986	1.031.328.557
2003.04	454.078.035	1.356.349.515	902.271.480
2003.05	588.738.963	1.432.473.917	843.734.954
2003.06	386.892.982	1.282.853.660	895.960.678
2003.07	375.769.380	1.468.115.252	1.092.345.872
2003.08	399.256.760	1.392.186.336	992.929.576
2003.09	470.627.666	1.534.517.049	1.063.889.383
2003.10	529.023.163	1.479.213.238	950.190.075
2003.11	317.030.572	1.230.529.244	913.498.672
2003.12	279.269.805	1.478.286.111	1.199.016.306
2004.01	360.297.282	1.092.378.751	732.081.469
2004.02	274.971.703	1.278.168.406	1.003.196.703
2004.03	490.231.146	1.525.033.920	1.034.802.774
2004.04	441.033.507	1.346.595.305	905.561.798
2004.05	549.017.732	1.625.690.315	1.076.672.583

2004.06	784.344.020	1.787.311.846	1.002.967.826
2004.07	451.385.996	2.006.680.622	1.555.294.626
2004.08	518.015.130	1.808.220.278	1.290.205.148
2004.09	513.484.982	1.964.363.215	1.450.878.233
2004.10	354.498.998	1.862.328.364	1.507.829.366
2004.11	317.997.789	1.841.052.868	1.523.055.079
2004.12	383.359.692	1.864.975.541	1.481.615.849
2005.01	380.213.062	1.702.085.762	1.321.872.700
2005.02	290.057.587	1.697.637.898	1.407.580.311
2005.03	445.318.578	1.896.283.120	1.450.964.542
2005.04	510.872.508	1.783.536.852	1.272.664.344
2005.05	406.133.084	1.886.485.540	1.480.352.456
2005.06	674.609.550	1.869.174.204	1.194.564.654
2005.07	774.173.584	1.984.282.023	1.210.108.439
2005.08	618.938.908	1.945.895.547	1.326.956.639
2005.09	654.118.078	1.921.243.544	1.267.125.466
2005.10	615.566.415	1.809.984.199	1.194.417.784
2005.11	715.314.153	2.012.461.723	1.297.147.570
2005.12	741.561.700	2.134.466.630	1.392.904.930
2006.01	476.210.951	1.758.466.199	1.282.255.248
2006.02	378.278.055	1.729.599.146	1.351.321.091
2006.03	704.447.587	2.047.200.438	1.342.752.851
2006.04	592.507.312	1.812.086.400	1.219.579.088
2006.05	646.758.175	1.846.126.294	1.199.368.119
2006.06	858.211.543	2.049.079.572	1.190.868.029
2006.07	1.067.245.859	2.314.260.286	1.247.014.427
2006.08	851.173.074	2.384.202.019	1.533.028.945
2006.09	839.446.660	2.428.786.180	1.589.339.520
2006.10	752.401.446	2.187.544.951	1.435.143.505
2006.11	658.263.705	1.998.975.462	1.340.711.757
2006.12	573.259.385	1.951.066.356	1.377.806.971
2007.01	558.274.191	1.738.679.267	1.180.405.076
2007.02	546.261.421	1.784.252.984	1.237.991.563
2007.03	809.100.858	2.008.349.402	1.199.248.544
2007.04	1.012.825.093	2.152.771.338	1.139.946.245
2007.05	919.760.963	2.111.800.683	1.192.039.720
2007.06	1.072.775.405	2.184.390.973	1.111.615.568
2007.07	1.155.144.249	1.994.286.976	839.142.727
2007.08	1.133.300.746	2.202.206.999	1.068.906.253
2007.09	1.006.022.956	2.211.568.610	1.205.545.654
2007.10	1.090.840.552	2.335.414.241	1.244.573.689
2007.11	807.629.525	2.120.115.299	1.312.485.774
2007.12	664.792.066	2.207.440.608	1.542.648.542
2008.01	658.823.137	1.893.820.908	1.234.997.771

2008.02	766.725.417	1.982.082.977	1.215.357.560
2008.03	672.985.176	1.819.277.296	1.146.292.120
2008.04	1.328.358.969	1.824.933.942	496.574.973
2008.05	2.311.863.254	2.602.046.771	290.183.517
2008.06	1.683.560.340	2.739.306.633	1.055.746.293
2008.07	2.557.188.144	2.978.773.137	421.584.993
2008.08	1.980.797.998	2.389.226.319	408.428.321
2008.09	1.801.577.274	2.230.039.407	428.462.133
2008.10	1.410.734.654	2.331.002.405	920.267.751
2008.11	559.745.318	1.996.587.068	1.436.841.750
2008.12	787.634.351	1.760.386.626	972.752.275
2009.01	971.078.803	1.162.779.227	191.700.424
2009.02	1.069.681.947	1.133.129.560	63.447.613
2009.03	1.819.818.658	1.255.062.113	-564.756.545
2009.04	2.396.719.183	1.327.593.828	-1.069.125.355
2009.05	2.155.224.000	1.067.393.825	-1.087.830.175
2009.06	2.908.074.419	1.290.861.239	-1.617.213.180
2009.07	2.048.826.034	1.248.313.699	-800.512.335
2009.08	2.007.493.568	1.458.637.065	-548.856.503
2009.09	1.878.455.057	1.312.708.655	-565.746.402
2009.10	1.506.870.956	1.545.072.748	38.201.792
2009.11	1.114.400.837	1.435.546.547	321.145.710
2009.12	1.118.276.325	1.361.564.956	243.288.631
2010.01	1.126.672.404	1.361.706.944	235.034.540
2010.02	1.211.280.589	1.331.272.689	119.992.100
2010.03	2.310.296.834	1.534.150.797	-776.146.037
2010.04	2.526.214.183	1.607.944.692	-918.269.491
2010.05	3.465.686.481	1.421.966.999	-2.043.719.482
2010.06	2.822.760.008	1.691.804.361	-1.130.955.647
2010.07	3.258.253.308	1.570.242.159	-1.688.011.149
2010.08	3.189.131.417	1.886.290.562	-1.302.840.855
2010.09	3.277.118.274	1.637.196.033	-1.639.922.241
2010.10	2.687.545.850	1.423.492.928	-1.264.052.922
2010.11	2.280.725.112	1.528.319.998	-752.405.114
2010.12	2.591.869.244	2.306.091.490	-285.777.754
2011.01	1.772.719.608	1.651.288.625	-121.430.983
2011.02	2.199.547.439	1.696.669.879	-502.877.560
2011.03	3.163.378.426	1.567.820.744	-1.595.557.682
2011.04	3.904.775.747	1.870.022.053	-2.034.753.694
2011.05	4.701.070.576	2.418.523.045	-2.282.547.531
2011.06	4.298.755.285	2.487.925.829	-1.810.829.456
2011.07	4.391.698.684	2.200.976.621	-2.190.722.063
2011.08	4.609.705.756	2.536.190.834	-2.073.514.922
2011.09	4.519.061.563	2.112.176.788	-2.406.884.775

2011.10	3.559.066.647	1.971.735.042	-1.587.331.605
2011.11	3.524.139.275	2.659.278.389	-864.860.886
2011.12	3.660.688.892	2.603.891.489	-1.056.797.403
2012.01	1.809.041.943	2.369.827.981	560.786.038
2012.02	2.175.664.211	2.236.189.030	60.524.819
2012.03	3.906.290.760	2.305.931.839	-1.600.358.921
2012.04	3.990.325.318	2.079.825.230	-1.910.500.088
2012.05	5.331.357.919	2.719.627.760	-2.611.730.159
2012.06	3.944.037.517	1.988.410.056	-1.955.627.461
2012.07	3.949.935.866	2.371.916.902	-1.578.018.964
2012.08	4.041.451.328	2.467.954.775	-1.573.496.553
2012.09	3.144.607.611	2.004.837.110	-1.139.770.501
2012.10	2.905.884.147	2.115.721.801	-790.162.346
2012.11	2.829.199.856	2.027.138.697	-802.061.159
2012.12	3.198.014.944	1.958.875.518	-1.239.139.426
2013.01	1.704.512.677	1.893.909.385	189.396.708
2013.02	2.108.174.963	1.581.512.374	-526.662.589
2013.03	3.904.096.946	1.758.734.022	-2.145.362.924
2013.04	4.711.886.768	1.835.767.992	-2.876.118.776
2013.05	5.630.446.919	2.214.744.605	-3.415.702.314
2013.06	4.895.640.970	2.183.359.374	-2.712.281.596
2013.07	4.092.007.170	2.221.971.698	-1.870.035.472
2013.08	4.764.239.454	2.380.129.002	-2.384.110.452
2013.09	4.097.585.466	2.317.126.625	-1.780.458.841
2013.10	3.640.270.436	2.254.115.785	-1.386.154.651
2013.11	3.133.035.712	1.792.594.420	-1.340.441.292
2013.12	3.341.294.595	2.209.810.463	-1.131.484.132
2014.01	2.177.610.094	2.118.277.290	-59.332.804
2014.02	2.846.119.917	1.816.771.428	-1.029.348.489
2014.03	4.555.986.487	1.882.115.888	-2.673.870.599
2014.04	4.487.166.279	2.430.192.842	-2.056.973.437
2014.05	5.019.539.299	2.218.570.002	-2.800.969.297
2014.06	4.790.935.535	2.264.383.465	-2.526.552.070
2014.07	4.133.615.692	2.756.372.254	-1.377.243.438
2014.08	3.715.428.316	2.250.571.167	-1.464.857.149
2014.09	2.905.653.894	2.336.879.598	-568.774.296
2014.10	2.043.344.963	2.261.213.757	217.868.794
2014.11	1.850.126.289	2.245.060.963	394.934.674
2014.12	2.086.349.910	2.436.293.934	349.944.024
2015.01	1.344.546.229	1.965.950.276	621.404.047
2015.02	1.532.459.208	1.784.840.448	252.381.240
2015.03	3.312.672.966	2.066.866.548	-1.245.806.418
2015.04	3.434.834.016	1.953.470.738	-1.481.363.278
2015.05	4.108.800.564	1.884.726.131	-2.224.074.433

2015.06	4.739.421.378	2.260.893.310	-2.478.528.068
2015.07	4.099.958.305	2.168.217.154	-1.931.741.151
2015.08	2.917.180.056	2.179.626.360	-737.553.696
2015.09	3.006.284.698	1.929.738.567	-1.076.546.131
2015.10	2.419.648.095	1.990.685.273	-428.962.822
2015.11	2.056.865.169	1.687.036.398	-369.828.771
2015.12	2.182.683.007	2.165.388.697	-17.294.310
2016.01	1.390.949.244	1.401.729.645	10.780.401
2016.02	1.822.283.883	1.746.872.966	-75.410.917
2016.03	3.752.152.734	1.904.924.621	-1.847.228.113
2016.04	4.301.995.455	1.643.136.609	-2.658.858.846
2016.05	4.426.627.950	1.911.928.356	-2.514.699.594
2016.06	4.075.546.491	2.061.890.495	-2.013.655.996
2016.07	3.369.677.276	1.897.278.502	-1.472.398.774
2016.08	2.816.060.723	2.388.798.790	-427.261.933
2016.09	2.322.621.715	2.092.303.754	-230.317.961
2016.10	2.431.354.911	1.769.295.255	-662.059.656
2016.11	1.987.254.605	2.072.386.676	85.132.071
2016.12	2.436.789.880	2.264.488.155	-172.301.725
2017.01	2.839.573.358	1.826.622.919	-1.012.950.439
2017.02	3.405.553.975	1.895.259.965	-1.510.294.010
2017.03	5.539.110.814	2.266.184.296	-3.272.926.518
2017.04	5.169.962.514	2.159.097.845	-3.010.864.669
2017.05	5.140.412.666	2.434.203.521	-2.706.209.145
2017.06	4.857.125.290	2.334.332.846	-2.522.792.444
2017.07	3.832.114.922	2.329.200.781	-1.502.914.141
2017.08	3.993.920.418	2.439.743.578	-1.554.176.840
2017.09	3.355.738.861	2.259.723.192	-1.096.015.669
2017.10	3.214.698.831	2.284.616.483	-930.082.348
2017.11	2.783.497.285	2.271.102.534	-512.394.751
2017.12	3.356.741.032	2.372.403.115	-984.337.917
2018.01	3.118.916.735	2.263.841.951	-855.074.784
2018.02	3.263.119.870	1.853.415.612	-1.409.704.258
2018.03	5.528.892.669	2.262.209.304	-3.266.683.365
2018.04	5.632.725.531	2.295.695.984	-3.337.029.547
2018.05	6.679.469.097	1.756.837.672	-4.922.631.425
2018.06	5.825.484.893	2.681.408.615	-3.144.076.278
2018.07	6.615.962.984	2.412.710.690	-4.203.252.294
2018.08	5.837.742.016	2.347.498.725	-3.490.243.291
2018.09	4.922.152.777	2.756.842.671	-2.165.310.106
2018.10	5.777.092.344	3.109.487.397	-2.667.604.947
2018.11	5.637.980.907	2.481.483.835	-3.156.497.072
2018.12	5.090.023.418	2.475.755.379	-2.614.268.039
2019.01	3.828.674.109	2.272.049.658	-1.556.624.451

2019.02	4.140.820.044	2.103.467.608	-2.037.352.436
2019.03	5.219.595.029	2.126.955.957	-3.092.639.072
2019.04	5.610.285.507	2.714.172.568	-2.896.112.939
2019.05	5.664.285.286	3.075.028.763	-2.589.256.523
2019.06	5.512.938.625	2.428.675.788	-3.084.262.837
2019.07	5.796.042.847	2.743.353.357	-3.052.689.490
2019.08	5.740.178.474	2.382.638.293	-3.357.540.181
2019.09	5.300.621.588	2.285.250.757	-3.015.370.831
2019.10	5.824.344.264	2.573.792.598	-3.250.551.666
2019.11	5.115.368.995	2.375.304.258	-2.740.064.737
2019.12	5.604.368.381	2.635.207.019	-2.969.161.362
2020.01	3.669.931.360	1.611.329.857	-2.058.601.503
2020.02	4.575.058.580	1.649.374.620	-2.925.683.960
2020.03	5.508.376.961	1.943.431.834	-3.564.945.127
2020.04	6.515.904.638	1.732.487.173	-4.783.417.465
2020.05	6.754.633.318	1.575.372.564	-5.179.260.754
2020.06	6.915.205.191	1.509.545.153	-5.405.660.038
2020.07	7.227.108.631	1.704.018.368	-5.523.090.263
2020.08	6.168.012.823	1.680.927.891	-4.487.084.932
2020.09	6.072.725.391	1.742.046.232	-4.330.679.159
2020.10	5.070.291.456	1.967.106.084	-3.103.185.372
2020.11	4.678.723.290	1.873.618.019	-2.805.105.271
2020.12	4.632.103.572	2.481.776.199	-2.150.327.373
2021.01	4.142.730.321	1.441.527.087	-2.701.203.234
2021.02	4.980.243.617	1.752.044.734	-3.228.198.883
2021.03	8.399.474.232	2.407.375.940	-5.992.098.292
2021.04	9.732.548.468	2.311.712.258	-7.420.836.210
2021.05	9.077.589.684	2.735.202.475	-6.342.387.209
2021.06	10.534.510.009	2.736.653.713	-7.797.856.296
2021.07	8.240.184.909	3.012.504.498	-5.227.680.411
2021.08	9.283.689.416	2.781.170.275	-6.502.519.141
2021.09	7.197.207.434	2.995.371.365	-4.201.836.069
2021.10	5.814.385.700	2.991.993.892	-2.822.391.808

Fonte dos dados brutos: Ipeadata (2021). Elaboração própria.